



JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 1/2026**

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 – JFAL</b> <b>OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS ESTACIONÁRIAS</b>					
<b>ÓRGÃO PROMOTOR DA LICITAÇÃO</b> <b>JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS – JFAL</b> <b>CÓDIGO UASG: 090010</b>					
<b>Número do Processo</b>	0001685-23.2025.4.05.7200				
<b>Objeto da Licitação</b>	Aquisição de baterias estacionárias novas, com garantia mínima de 2 anos, para a Justiça Federal em Alagoas).				
<b>Modalidade da Licitação</b>	Pregão	<b>Forma:</b>	Eletrônico	<b>Critério Julgamento:</b>	Menor Preço Global
<b>Registro de preços</b>	NÃO				
<b>Modo de disputa</b>	Aberto e Fechado				
<b>Valor máximo aceitável</b>	R\$ 66.874,92 (sessenta e seis mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos).				
<b>Atenção:</b> Os preços propostos devem estar compatíveis aos de mercado, a fim de evitar um sobrepreço da contratação, e, conseqüentemente responsabilização solidária da Contratada, conforme Acórdão TCU 1392/2016 – Plenário. Elevar sem justa causa o preço de produtos e serviços constitui prática abusiva, conforme as disposições do art. 35, inciso X, do CDC.					
<b>INFORMAÇÕES DA SESSÃO</b>					
<b>Data e Hora da Sessão Pública</b>	DIA 06/03/2025, às 09 horas (horário de Brasília/DF)				
<b>Endereço Eletrônico</b>	<a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> <a href="https://www.jfal.jus.br/transparencia/licitacoes/">https://www.jfal.jus.br/transparencia/licitacoes/</a> - Portal da Transparência				
<b>Art. 55 da Lei 14.133/2021:</b> Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: I - para <b>aquisição de bens</b> : a) <b>8 (oito) dias úteis</b> , quando adotados os critérios de julgamento de <b>menor preço</b> ou de maior desconto.					

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 - JFAL**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS**, torna público a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, a ser realizada por meio do Portal de Compras do Governo Federal (COMPRAS.GOV.BR), disponível no site [www.gov.br/compras/pt-br](https://www.gov.br/compras/pt-br), do tipo **MENOR PREÇO**

**GLOBAL**, respeitados os valores estimados, modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, SEM INVERSÃO DE FASES, com **ORÇAMENTO-ESTIMADO**, conduzido por PREGOEIRO, designado pela Portaria da Secretaria Administrativa 67/2025 - SECAD, à luz do regime jurídico instituído pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pela Instrução Normativa Seges/ME 73/2022, bem como com a observância dos preceitos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), sendo processada e julgada segundo as condições, prazos e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI** [0001685-23.2025.4.05.7200](#)

SESSÃO PÚBLICA: **INFORMAÇÕES NA CAPA DO EDITAL**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CÓDIGO UASG: **090010**

## **01. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**01.01.** A presente licitação tem por objeto a **aquisição de baterias estacionárias novas para a Justiça Federal em Alagoas**, visando atender as necessidades da Tecnologia da Informação da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária de Alagoas - JFAL, conforme **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**.

**01.02.** Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no cadastro do COMPRAS.GOV e as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, estas prevalecerão.

**01.03.** O valor máximo aceitável da aquisição será o valor total de **R\$ 66.874,92 (sessenta e seis mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos)**, correspondente ao somatório do valor estimado do item 1 - **R\$ 13.821,64** e do item 2 - **R\$ 53.053,28**, conforme mapa de preços (5699618).

**01.04.** Integram este Edital, como se transcritos em seu próprio corpo, os seguintes **ANEXOS**:

**ANEXO I** - Termo de Referência ([5686033](#));

**ANEXO II** - Modelo de Proposta ([5686201](#));

**ANEXO III** - Modelo de Declaração, que o licitante não tem conhecimento de que mantém relação de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com qualquer dirigente da Justiça Federal na Alagoas, ou com qualquer agente público que desempenhe função na área de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos fixados no art. 14, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021;**ANEXO I** - Termo de Referência;

**ANEXO IV** - Mapa de Preços (5699618);

## **02. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRAS.GOV**

**02.01.** O credenciamento é o nível básico de registro cadastral do particular no SICAF, que permite a participação dos interessados em licitações na modalidade de **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, via Portal de Compras do Governo Federal.

**02.02.** O cadastro no SICAF deverá ser realizado previamente pelo particular interessado diretamente no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de **Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil**, observada as regras, diretrizes e orientações indicadas no próprio Portal.

**02.03. ATENÇÃO:** A Justiça Federal em Alagoas não é órgão responsável por promover o cadastro dos interessados no SICAF/COMPRAS.GOV, restando o particular responsável por tal credenciamento.

**02.04.** O particular interessado (licitante) é responsável exclusivo e formal pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**02.05.** Qualquer declaração, informação ou documento **falso** anexado ao Sistema sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de eventuais consequências de natureza civil e criminal.

**02.06.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade do licitante, ou de seu representante legal, como também a presunção de sua capacidade técnica para operá-lo adequadamente, realizando todas as transações inerentes a este PREGÃO ELETRÔNICO.

**02.07.** O licitante é responsável, em face de qualquer acontecimento passível de comprometimento acerca do sigilo ou inviabilidade do uso da senha, pela comunicação imediata ao provedor do Sistema para fins de bloqueio de acesso.

**02.08.** O licitante é responsável exclusivo pela utilização da chave de identificação e senha de acesso ao Sistema para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO em sua forma eletrônica.

**02.09.** O licitante é responsável por solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio, evitando utilizações indevidas por parte de prepostos e/ou terceiros.

**02.10.** O licitante é responsável exclusivo pelos ônus decorrentes de eventuais perdas de negócios, como também das sanções cabíveis, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

### **03. DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE**

**03.01.** O particular interessado em participar da presente licitação **SE OBRIGA** a:

- a) Responsabilizar-se pela **proposta, declarações, documentos** e demais **informações** cadastradas ou anexadas ao Sistema COMPRAS.GOV, bem como pelos registros realizados no CHAT durante o processamento e julgamento do certame;
- b) Realizar as **declarações eletrônicas** exigidas no cadastro da proposta no Sistema COMPRAS.GOV, sem qualquer falseamento da verdade;
- c) Remeter, no prazo estabelecido, **EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA**, os documentos de habilitação, a proposta comercial e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus apêndices;
- d) Manter-se logado (*online*) ao COMPRAS.GOV, acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados do Pregoeiro via CHAT;
- e) Prestar as informações e/ou encaminhar os documentos complementares eventualmente solicitados pelo Pregoeiro durante a Sessão, observando as condições e prazos fixados neste Edital e seus apêndices, ou as determinações do responsável pela licitação (Pregoeiro e Equipe de Apoio);
- f) Acompanhar as informações e/ou documentos disponibilizados no SÍTIO OFICIAL DA INSTITUIÇÃO em relação ao presente certame, por meio do [link https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php](https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php), a partir da data de sua publicação até a homologação;
- g) Cumprir integralmente a **proposta comercial cadastrada ou o lance final** registrado no COMPRAS.GOV;
- h) Manter-se em **situação regular em relação às condições de participação e de habilitação** até a data da assinatura do contrato, caso seja vencedor;
- i) **Não fazer declaração falsa** ou não apresentar **documento falso**;
- j) Não cometer **fraude fiscal**;
- k) **Não formar conluio** ou **combinar proposta** com outros concorrente(s);
- l) Não fraudar ou frustrar o certame com utilização de **mecanismos eletrônicos** de registro de propostas, lances e/ou documentos;
- m) **Não indicar**, para fins de garantia do **anonimato** da fase competitiva, qualquer tipo de **caractere especial**

**identificador** da empresa no cadastro da proposta eletrônica no COMPRAS.GOV;

n) Manter **atualizadas todas as informações** da empresa no SICAF que possam facilitar a **comunicação**, particularmente telefones e e-mail;

o) Cadastrar-se no Sistema Processual SEI para fins de assinatura dos documentos decorrentes da licitação, caso seja vencedor do certame;

p) Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública contido no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

#### **04. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CERTAME**

**04.01.** O processamento desta licitação será realizado sempre em **SESSÃO PÚBLICA ONLINE**, via Sistema COMPRAS.GOV, sendo iniciado **na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo**, nos termos fixados neste Edital e seus apêndices.

**04.02.** Poderá participar da presente licitação o interessado que cumulativamente cumpra os seguintes requisitos formais:

a) Possuir prévio cadastro no SICAF (item 02) e **acesso ao sistema eletrônico** provido pelo Ministério da Economia (ME), por meio do **Portal de Compras do Governo Federal** no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

b) **Cadastrar proposta eletrônica** vinculada à presente licitação, em vernáculo e na moeda corrente nacional, até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame;

c) Realizar as **declarações eletrônicas obrigatórias**, diretamente no Sistema COMPRAS.GOV e por meio das opções "**sim**" ou "**não**", até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame;

d) Encaminhar, exclusivamente via Sistema COMPRAS.GOV, a proposta comercial **até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame**;

e) Não se enquadrar em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do **item 04.03** deste Edital.

**04.03. NÃO PODERÁ PARTICIPAR** da presente licitação interessado que:

a) Não cumprir os **requisitos formais** indicados no item anterior.

b) Tenha elaborado, participado ou contribuído com a elaboração de projetos técnicos, especificações técnicas, Projeto Básico e Executivo para a realização da presente licitação, **nos termos fixados no art. 14, inc. I, da Lei nº 14.133/2021**.

c) Seja PARTICULAR que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com qualquer dirigente da Justiça Federal em Alagoas, ou com qualquer agente público que desempenhe função na área de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, **nos termos fixados no art. 14, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021**.

d) Esteja **impedida de licitar e de contratar** com a UNIÃO, **nos termos do disposto no art. 156, inc. III, e § 4º, da Lei nº 14.133/2021**, por decisão definitiva de órgão ou entidade da União, **nos termos fixados no art. 14, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021**.

e) Tenha sido **declarada inidônea** para licitar e contratar com Administração Pública, **nos termos do art. 156, inc. IV, e § 5º, da Lei nº 14.133/2021**, por decisão definitiva de qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, integrantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou por força de determinação do TCU - Tribunal de Contas da União com fulcro no art. 46, da Lei 8.443/93, **nos termos fixados no art. 14, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021**.

f) **empresas** controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), CONCORRENDO ENTRE SI.

g) nos **5 (cinco) ANOS anteriores à divulgação do Edital**, tenha sofrido **condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo** ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.



h) empresa que seja parte em CONSÓRCIO que esteja participando, de forma isolada, do presente certame, tendo em vista o disposto no **art. 15, inc. IV, Lei nº 14.133/2021**.

**04.04.** A verificação dos impedimentos e condições de participação, previstos no item anterior, **ocorrerá somente após a fase competitiva do certame**, momento no qual o sistema COMPRAS.GOV permite a identificação das empresas participantes.

**04.05.** Analisadas as CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, o Pregoeiro decidirá fundamentadamente em relação à CLASSIFICAÇÃO OU NÃO do licitante no certame, observada a ordem de classificação e apenas em relação ao melhor classificado em cada vez.

## **05. DA PROPOSTA COMERCIAL**

**05.01.** A PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA deverá ser apresentada/anexada ao COMPRAS.GOV contendo os requisitos, informações e documentos exigidos no Projeto Básico/Termo de Referência (**ANEXO I**), observadas as regras contidas no **ITEM 08** deste Edital.

**05.02.** O Pregoeiro solicitará do licitante vencedor o encaminhamento, via COMPRAS.GOV, da PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA devidamente AJUSTADA ao último **lance** ou ao **valor negociado**, bem como eventualmente DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR para fins de julgamento da proposta e conformidade técnica do objeto proposto, observadas as regras contidas nos **ITENS 08 e 17** deste Edital.

**05.03.** O prazo para encaminhamento será de até **120 (cento e vinte) MINUTOS**, contados da convocação da opção "ENVIAR ANEXO", podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do Pregoeiro.

**05.04.** A partir de entendimento firmado pelo TCU no Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário, a vedação no art. 64 da Lei 14.133/2021 não alcança documentos destinados a atestar condições de proposta preexistentes à abertura da sessão pública que não foram anexados ao COMPRAS.GOV, de forma que poderá o Pregoeiro diligenciar para permitir tal complementação de documentos.

## **06. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**06.01.** A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO no presente certame, em atenção ao que estabelece o art. 62 e seguintes da Lei 14.133/2021, deverá COMPREENDER os seguintes:

**06.01.01. HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso:

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, conforme segue, nos termos do art. 66 da Lei 14.133, de 2021:

a) **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**: documento comprobatório da inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis competente (Junta Comercial).

b) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) - CCMEI** - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

c) **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)** – ato constitutivo em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso).

d) **SOCIEDADE EMPRESÁRIA**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso), JUNTAMENTE com o último aditivo, ou SOMENTE o ato constitutivo consolidado e aditivos firmados

posteriormente à referida consolidação. e) SOCIEDADE POR AÇÕES: além dos documentos exigidos na alínea “c” deste subitem, apresentar os documentos de eleição de seus administradores.

f) SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

g) EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA: decreto de autorização, assim como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **06.01.02. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos, nos termos do art. 68 da Lei 14.133, de 2021:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Comprovante(s) de inscrição(ões) no(s) cadastro(s) de contribuinte(s) MUNICIPAL E/OU ESTADUAL, se houver, relativos ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- d) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal.
- e) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou positiva com efeito de negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **06.01.03. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A documentação relativa à **qualificação técnica**, nos termos do art. 69 da Lei 14.133, de 2021, será restrita a:

- a) Apresentação dos documentos e comprovação das exigências técnicas fixadas no TERMO DE REFERÊNCIA (**ANEXO I**);
- b) O licitante deverá comprovar requisitos objetivos de qualificação técnica fixados no TERMO DE REFERÊNCIA (**ANEXO I**) e demais anexos deste Edital para fins de habilitação.

#### **06.01.04. CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Não será exigida demonstração de demonstrativos contábeis para fins de demonstração da habilitação econômico-financeira da licitante participante, nos termos do ITEM 17.4.1.3 do TERMO DE REFERÊNCIA.

Fica exigida a apresentação de Certidão **Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, II, da Lei 14.133/2021).

#### **06.01.05. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO DE EMPRESAS**

a) Quanto à HABILITAÇÃO JURÍDICA, deverão ser observadas as seguintes regras:

- a.1) deverá ser apresentado COMPROMISSO PÚBLICO OU PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, inclusive com indicação da empresa LÍDER DO CONSÓRCIO, observada a legislação empresarial e civil pertinente ao tema; e,
- a.2) deverão ser apresentados os documentos exigidos no **subitem 06.01.01 deste Edital**, referentes a todas as empresas consorciadas;

- b) Em relação à REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, todos os documentos exigidos no **subitem 06.01.02 deste Edital** deverão ser apresentados em relação a todas as empresas consorciadas.
- c) Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, deverão ser observadas as seguintes regras:
- c.1) deverão ser apresentados os documentos exigidos no **subitem 06.01.03 desde Edital**, referentes a todas as empresas consorciadas;
- c.2) na comprovação das quantidades mínimas de serviços já executados, será considerada os somatórios de quantitativos comprovados por todas as empresas consorciadas.
- d) Quanto à CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA, deverão ser observadas as seguintes regras:
- d.1) deverão ser apresentados os documentos exigidos no **subitem 06.01.04 desde Edital**, referentes a todas as empresas consorciadas;
- d.2) os índices financeiros e valores de PL deverão ser MAJORADOS EM 20%, salvo para os casos de consórcios composto apenas por microempresas e empresa de pequeno porte; e,
- d.3) na comprovação dos índices contábeis e valores mínimos disponíveis, será considerada os somatórios de quantitativos comprovados por todas as empresas consorciadas.

#### **06.01.05. DECLARAÇÕES**

- a) **MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Declaração eletrônica de que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- b) **NÃO EMPREGA TRABALHO DE MENOR** - Declaração eletrônica de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- c) **NÃO UTILIZAR TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO** - Declaração eletrônica de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- d) **INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO** - Declaração eletrônica de que inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- e) **REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** - Declaração eletrônica de que cumpre plenamente as condições de habilitação fixadas no Edital e seus apêndices.
- f) **ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA** - Declaração eletrônica de que elaborou de forma independente a proposta comercial e seu(s) lance(s).

**06.02.** As declarações exigidas no subitem **06.01.05** deverão ser realizadas eletronicamente no momento do cadastro da respectiva proposta e poderão ser extraídas pelo Pregoeiro diretamente do COMPRAS.GOV, não sendo de apresentação ou encaminhamento obrigatório pelo licitante.

**06.03.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação, o **documento de comprovação do enquadramento como ME ou EPP expedido pela Junta Comercial/RFB**, bem como toda a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL, **mesmo que esta apresente alguma restrição**.

**06.04.** O LICITANTE que estiver com **registro regular** e em **situação válida** no SICAF, nos níveis de "Credenciamento", "Habilitação Jurídica" e "Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista" poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA e REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, **exceto as certidões indicadas no subitem 06.01.02 que não constem no cadastro do fornecedor ou cujo prazo de validade estejam expirados**.

**06.05.** A critério do Pregoeiro, caso haja disponibilidade ON LINE e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, **poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na Internet** para fins de **comprovação de regularidade de situação** dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

**06.06.** Não havendo indicação no corpo da própria certidão ou documento oficial apresentado para comprovação das exigências de habilitação previstas nesta cláusula, serão considerados válidos aqueles emitidos no **prazo máximo de 180 (cento e oitenta) DIAS da data da sessão inicial deste certame.**

## **07. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**07.01.** O **pedido de esclarecimento** referente a este procedimento licitatório deverá ser enviado ao **Pregoeiro**, até o fim do horário do expediente do **TERCEIRO DIA ÚTIL ANTERIOR** à data da sessão pública inicial do certame, por meio de registro no COMPRAS.GOV e/ou envio de e-mail para o endereço eletrônico **licitacoes@jfal.jus.br**.

**07.02.** O Pregoeiro, com apoio da área técnica responsável pelo Projeto Básico e Executivo/Termo de Referência e da sua equipe de apoio, **prestará os esclarecimentos** formalmente solicitados no prazo de até **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, limitando-se ao **ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTES DO CERTAME**, por e-mail, registro no COMPRAS.GOV e/ou disponibilizando no link (<https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php>).

**07.03.** Até o fim do expediente do **TERCEIRO DIA ÚTIL ANTERIOR** à data da sessão pública inicial do certame, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá IMPUGNAR o ato convocatório deste PREGÃO, mediante petição a ser registrada no COMPRAS.GOV e/ou enviada para o endereço eletrônico **licitacoes@jfal.jus.br**.

**07.04.** O **Pregoeiro**, com apoio da unidade técnica responsável pelo Termo de Referência/Projeto Básico e Executivo e da sua equipe de apoio, ANALISARÁ a impugnação no prazo de **02 (DOIS) DIAS ÚTEIS** ou proporá, de forma motivada, o ADIAMENTO DA SESSÃO ou a SUSPENSÃO DO CERTAME para obtenção de melhores condições de análise dos argumentos de impugnação.

**07.05.** Acolhida a IMPUGNAÇÃO contra este Edital e seus apêndices, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**07.06.** As **respostas** às impugnações e aos esclarecimentos solicitados deverão ser disponibilizadas diretamente no Sistema COMPRAS.GOV ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)) e/ou no **sítio oficial** da Justiça Federal em Alagoas (<https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php>) para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes em potencial, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

**07.07.** Decairá do **direito de impugnar** os termos deste Edital (e seus Anexos), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão ou licitante que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a regular realização da sessão.

## **08. DO CADASTRO DA PROPOSTA COMERCIAL NO COMPRAS.GOV.BR**

**08.01.** A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da **senha de acesso** individual ao Sistema COMPRAS.GOV de cada licitante, mediante prévio cadastro da proposta até a data e horário previstos para abertura da sessão do certame.

**08.02.** À luz do disposto no art. 55 da Lei 14.133/2021, e considerando a regulamentação contida no art. 13 da Instrução Normativa Seges/ME Nº 73/2022, o licitante DEVERÁ, OBRIGATÓRIA E PREVIAMENTE, registrar sua proposta de preços no COMPRAS.GOV, **até a data e horário marcados para abertura da sessão.**



**08.03.** O licitante deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, **inclusive com indicação de marca, modelo e fabricação (se for o caso), a quantidade e os valores unitários e total** do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: **impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos**, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

**08.04.** Até a abertura da sessão do certame, o licitante poderá livremente **retirar, alterar ou substituir** a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos à proposta comercial e/ou habilitação. Depois da data e horário de abertura da Sessão, **não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.**

**08.05.** Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRAS.GOV qualquer **nome, texto, elemento ou caractere** que possa identificar o licitante, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA - **ITEM 28** deste Edital.

**08.06.** No momento do **cadastro da proposta comercial**, deverá o licitante realizar as seguintes **DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS**, disponíveis no próprio Sistema (conforme o caso):

- a) de que a proposta compreende a **integralidade dos custos** para atendimento dos **direitos trabalhistas** assegurados na Constituição Federal, sob pena de desclassificação;
- b) para fins do disposto no art. 68, inc. VI, da Lei 14.133/2021, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega **menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos**, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- c) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus apêndices, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
- e) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- g) no caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;
- h) que o objeto será executado por empresas que comprovem cumprimento de **reserva de cargos prevista em lei** para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

**08.07. ATENÇÃO:** As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, quando serão anexadas aos autos do processo de contratação juntamente com a documentação de habilitação, **não havendo necessidade de envio pelo Sistema COMPRAS.GOV.**

**08.08.** A **falsidade** relativa a qualquer das declarações exigidas no **item 08.06** deste Edital sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no **ITEM 28** deste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

**08.09.** O **registro de proposta comercial eletrônica** vinculada ao presente certame **implica**, independente de expressa declaração, na(o):

- a) **aceitação** de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus apêndices;
- b) **garantia do cumprimento da proposta** por prazo **mínimo de 90 (noventa) DIAS**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- c) compromisso do licitante para com o **rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições** fixadas no Projeto Básico e Executivo/Termo de Referência;
- d) **impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta** a partir da data da sessão eletrônica inicial, **ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;**
- e) **submissão às sanções administrativas** previstas neste Edital e seus Apêndices;
- f) **obrigação de participar ativamente do certame (ON LINE)** até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro.

**08.10. ATENÇÃO:** No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o licitante deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos materiais constantes no CATMAT/CATSERV (COMPRAS.GOV), as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO, para efeito de cotação do preço e formulação da proposta, serão sempre aquelas constantes do Projeto Básico e Executivo/Termo de Referência.

**08.11. ATENÇÃO:** Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, **não cabe, em nenhuma hipótese, desistência de proposta.**

**08.12. ATENÇÃO:** Nenhuma proposta comercial ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao Pregoeiro por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, **sob pena de quebra do anonimato da competição.**

## **09. DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA**

**09.01.** A Sessão Pública eletrônica deste PREGÃO ELETRÔNICO será conduzida e gerida pelo PREGOEIRO, especialmente designada pela autoridade competente, sendo a **abertura prevista para a data e horário** indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do Sistema COMPRAS.GOV ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)).

**09.02.** A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante **troca de mensagens**, em campo próprio do sistema eletrônico (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pelo Pregoeiro e será integralmente reproduzido na Ata da Sessão Eletrônica.

**09.03.** Cabe ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico COMPRAS.GOV, anexar a PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, registrar os LANCES, anexar os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES e PRESTAR AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS, durante toda a licitação, **responsabilizando-se pelos ônus decorrentes de preclusão de direitos, perda de negócios e/ou sanções por descumprimentos de obrigações**, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**09.04.** A **não anexação ou envio da proposta comercial e documentos de habilitação** exigidos no Edital (e seus apêndices), bem como a **não anexação de documentos complementares, prestação de informações e não pronunciamento** em relação à questão suscitada pelo Pregoeiro, além de possibilitar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, **poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas** previstas neste Edital (ITEM 28), sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos **das regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021.**

**09.05.** Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva ATA DA SESSÃO, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio do Portal de Compras Governamentais.

**09.06.** Na hipótese de ocorrer **desconexão** do Pregoeiro no decorrer da Sessão e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, **os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.**

**09.07.** No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por **tempo superior a 30 (trinta) MINUTOS**, a Sessão do PREGÃO ELETRÔNICO será **suspensa automaticamente** e terá **reinício somente 24 (vinte e quatro) HORAS após comunicação expressa aos participantes**, por meio do Portal no sítio ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)).

**09.08.** Cabe ao licitante acompanhar continuamente os **documentos, pareceres e atos** divulgados ou disponibilizados por meio do **sítio oficial** da Instituição na Internet (<https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php>).

**09.09.** Havendo necessidade, o Pregoeiro poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via chat, como também registrando no Sistema COMPRAS.GOV a nova data e horário para a sua continuidade.

**09.10.** Em face do horário, poderá o Pregoeiro suspender a Sessão, mediante comunicação prévia via chat, comunicando hora e a data de retorno.

## **10. DA ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

---

**10.01.** Antes da etapa de disputa, o Pregoeiro verificará preliminarmente as propostas comerciais registradas eletronicamente no sistema e DESCLASSIFICARÁ, **por despacho fundamentado**, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital (e seus apêndices), **respeitados os limites das informações disponíveis antes da fase competitiva**.

**10.02.** Poderá ser DESCLASSIFICADA a proposta comercial cadastrada no COMPRAS.GOV que indicar a **marca, modelo e/ou referência** do produto cotado **no campo disponível para descrição das especificações do objeto, tendo em vista o potencial de quebra do sigilo da proposta**.

**10.03.** Não será aceita proposta que indique **quantidade inferior** àquela exigida no modelo de proposta disponibilizada neste Edital.

**10.04.** Qualquer **nome, texto, elemento ou caractere** que possa vir a **identificar** o licitante perante os demais concorrentes poderá importar na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.

**10.05.** A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre **fundamentada** e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

**10.06.** Somente os licitantes com propostas julgadas em conformidade com as exigências formais do Edital (e seus apêndices) participarão da fase competitiva ou de disputa de lances, havendo a ordenação automática das propostas pelo Sistema COMPRAS.GOV.

**10.07.** Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, o Pregoeiro DECLARARÁ o certame **DESERTO**.

**10.08.** Caso todas as propostas cadastradas restem DESCLASSIFICADAS, o Pregoeiro DECLARARÁ o certame **FRUSTRADO**.

## **11. DA ETAPA DE DISPUTA DE LANCES ELETRÔNICOS**

---

**11.01.** A ETAPA DE DISPUTA DE LANCES do certame dar-se-á com o ANONIMATO DOS PARTICIPANTES para fins de garantia da lisura e competitividade possível no certame, devendo os LANCES serem ofertados pelo **VALOR GLOBAL**, nos termos de critério de julgamento indicado neste Edital.

**11.02.** O Pregoeiro fará gestão da ETAPA DE DISPUTA DE LANCES, visando viabilizar as melhores condições de competição possíveis aos interessados que estejam concorrendo no certame, **inclusive com a utilização permanente e ativa do chat para estimular a disputa**.

**11.03.** Aberta a ETAPA DE DISPUTA DE LANCES, os licitantes aptos poderão encaminhar/registrar LANCES, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo automaticamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor pelo próprio Sistema.

**11.04.** Os lances serão apresentados por cada licitante apto, **de forma sucessiva**, sempre com valores inferiores (ou percentuais de descontos superiores) em relação aos últimos registrados por ele e aceito pelo Sistema COMPRAS.GOV, admitindo-se LANCES INTERMEDIÁRIOS.

**11.05.** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do seu último lance e do menor lance registrado no Sistema COMPRAS.GOV, vedada a identificação do ofertante (anonimato).

**11.06.** Durante a ETAPA DE DISPUTA DE LANCES não serão aceitos dois ou mais lances de valores iguais, prevalecendo sempre aquele que for recebido e registrado primeiro no Sistema COMPRAS.GOV.

**11.07. Não serão aceitos** lances encaminhados com intervalos inferiores a **20 (vinte) SEGUNDOS do último lance** apresentado pelo licitante e/ou a **menos de 3 (três) SEGUNDOS do último lance** registrado, sendo o controle de tais condicionantes de controle de concorrências desleal realizado automaticamente pelo sistema.

**11.08.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, **não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.**

**11.09.** Durante a etapa de disputa de lances, o PREGOEIRO poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado **supostamente irrisório ou inexecuível**, ou até que entenda ter sido **lançado erroneamente**, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

**11.10.** Será adotado na **ETAPA DE DISPUTA DE LANCES** deste PREGÃO ELETRÔNICO o MODO DE DISPUTA “**ABERTO E FECHADO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

a) A disputa terá duração inicial de **15 (quinze) MINUTOS** e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de **até 10 (dez) MINUTOS**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o licitante da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores aquela possam ofertar LANCE FINAL E FECHADO em até **5 (cinco) MINUTOS**, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo.

c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, até o máximo de TRÊS, oferecer UM LANCE FINAL E FECHADO em **até 5 (cinco) MINUTOS**, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo.

d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

e) Não havendo LANCE FINAL E FECHADO classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de TRÊS, na ordem de classificação, possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em **até 05 (cinco) MINUTOS**, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo.

f) O PREGOEIRO poderá, justificadamente, admitir o REINÍCIO DA ETAPA FECHADA caso nenhum LICITANTE CLASSIFICADO na etapa de lance fechado atenda às exigências de HABILITAÇÃO.

**11.11.** Em caso de falha no Sistema COMPRAS.GOV, os lances em desacordo com os procedimentos e ritos fixados neste item deverão ser desconsiderados pela Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente canal de atendimento da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

**11.12.** Caso o licitante não apresente lances, figurará na ordem de classificação final com o valor de sua proposta eletrônica inicial.

**11.13.** Havendo desconexão do Pregoeiro durante a **ETAPA DE DISPUTA DE LANCES**, deverão ser observadas as regras fixadas nos **ITENS 09.06 e 09.07** deste Edital.

**11.14.** Serão as propostas ou lances finais CLASSIFICADOS automaticamente em ORDEM CRESCENTE DE VALORES, segundo o critério objetivo de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**11.15.** Havendo empresa em **situação especial** que garanta exercício de DIREITO A TRATAMENTO DIFERENCIADO, o Sistema COMPRAS.GOV iniciará automaticamente fase específica de DESEMPATE **(ITEM 12)**.

## 12. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP

**12.01.** Na fase de PROPOSTA será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/COOPERATIVAS, caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de grande porte e haja proposta apresentada por ME/EPP/COOPERATIVA de valor até **5% SUPERIOR ao da melhor proposta**, oportunidade em que o sistema COMPRAS.GOV, automaticamente, procederá da seguinte forma:

- a) a ME/EPP/COOPERATIVA mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) MINUTOS**, apresentar proposta de preço inferior a do licitante mais bem classificado e, atendidas as exigências deste Edital e seus Apêndices, será reclassificada como melhor proposta do certame.
- b) não sendo registrado um novo lance pela ME/EPP/COOPERATIVA convocada através do sistema na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput*, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também no prazo de **5 (cinco) MINUTOS**.
- c) havendo empate de valor entre duas empresas beneficiárias do direito de preferência fixada na Lei Complementar nº 123/2006, exercerá tal direito prioritariamente aquela cuja proposta tenha sido recebida e registrada pelo sistema primeiro.
- d) o sistema encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada a fazer sua última oferta no prazo de **5 (cinco) MINUTOS**, sob pena de decadência do direito concedido.

**12.02.** Na hipótese de nenhum dos licitantes exercerem o **direito de preferência** nos moldes descritos no subitem anterior, será mantida a ordem classificatória original.

**12.03.** Na fase de HABILITAÇÃO, será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/COOPERATIVAS que estejam com problemas de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, à luz do disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme as seguintes regras:

- a) em se tratando de microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte com alguma RESTRIÇÃO na comprovação da HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, deverá(ão) ser apresentada(s) e juntada(s) aos autos a(s) respectiva(s) certidão(ões) com validade vencida ou com restrição, sendo aceita a situação parcial de irregularidade ali comprovada, julgando-se "habilitada" no certame empresa(s) nessa situação.
- b) será assegurado o **prazo de 05 (cinco) DIAS ÚTEIS**, cujo termo inicial corresponderá ao momento da **convocação para assinatura do termo ou instrumento contratual**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões.
- c) a não regularização da documentação fiscal no prazo indicado na alínea anterior implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus apêndices.
- d) no caso de decadência do direito por não regularização da situação, será facultada à Justiça Federal de Primeiro Grau em Alagoas a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmamento do contrato.

## 13. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

**13.1.** Após a disputa de lances e aplicação das regras de **tratamento diferenciado** previstas no ITEM 12 deste Edital, havendo **EMPATE REAL** entre duas ou mais propostas ou lances finais, deverão ser aplicados os seguintes **CRITÉRIOS DE DESEMPATE**, observada a ordem de aplicação:

- a) **disputa final**, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- b) **avaliação do desempenho contratual** prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.



- c) desenvolvimento pelo licitante de **ações de equidade** entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- d) desenvolvimento pelo licitante de **programa de integridade**, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate segundo o **ITEM 12.1** deste Edital, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas brasileiras;
- b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

13.3. Caberá ao Pregoeiro solicitar documentação comprobatória pertinente e adequada para fins de aplicação dos critérios previstos nas alíneas "b" a "d" do item 12.1 deste Edital.

#### **14. DA AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**14.01.** Encerrada a **ETAPA DE DISPUTA DE LANCES**, e transcorrida a fase de exercício do **DIREITO DE PREFERÊNCIA** (se for o caso), o Pregoeiro verificará o cumprimento das **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**, realizando as seguintes consultas/diligências, a partir da ordem de classificação e apenas em relação à(s) licitantes mais bem classificada(s) por item/por grupo:

- a) Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências (impedimentos, suspensões, multas, etc) registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no link <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf>.
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (CEIS, CNEP, CNIA, Inidôneos), no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- c) Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil, no link <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/consultas-cnpj>, bem como ao Cadastro de Créditos não Quitados – CADIN, no link <https://cadin.pgfn.gov.br/#/home>.
- d) Consulta ao site do **Tribunal Superior do Trabalho** para fins de identificação da eventual existência de **condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo** ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- e) Verificação de que o licitante tenha cumprido os **requisitos formais** indicados no **ITEM 04.02** deste Edital.
- f) Verificação de que o licitante **não tenha elaborado, participado ou contribuído com a elaboração de projetos técnicos, especificações técnicas, projeto básico ou executivo** para a realização da presente licitação.
- g) Verificação de que o licitante não tem conhecimento de que mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com qualquer dirigente da Justiça Federal em Alagoas, ou com qualquer agente público que desempenhe função na área de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação (**DECLARAÇÃO**).
- h) Verificação de que o licitante não esteja participante de forma **CONSORCIADA** do presente certame;
- i) Verificação de que o licitante não seja empresa controladora, controlada ou coligada de empresa com **SANÇÃO IMPEDITIVA**, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), com outra concorrendo no certame.

**14.02.** Não cumpridas quaisquer das **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**, o Pregoeiro **DECLASSIFICARÁ A PROPOSTA DO PARTICULAR**, sendo este impedido de prosseguir no certame, **por decisão fundamentada**, devidamente registrada no campo **DECLASSIFICAÇÃO** do Sistema **COMPRAS.GOV**.

#### **15. DA ACEITABILIDADE DO PREÇO FINAL PROPOSTO**

**15.01.** O Pregoeiro examinará as propostas/lances finais aduzidos quanto à **compatibilidade do preço** em relação ao VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL, não sendo ACEITA a proposta final com **valor global por grupo/ítem superior** ao máximo fixado.

**15.02.** Não será ACEITA proposta/lance final que apresentar **valor igual a zero por ítem/por grupo**.

**15.03.** Para fins de **julgamento objetivo** do presente certame, constitui PRESUNÇÃO RELATIVA DE INEXEQUIBILIDADE da proposta o valor/preço final que esteja abaixo de **50% do VALOR ESTIMADO**.

**15.04.** Se constatada a PRESUNÇÃO RELATIVA DE INEXEQUIBILIDADE do preço final proposto, o Pregoeiro efetuará diligências, nos termos do **art. 59, inc. III, Lei nº 14.133/2021**, para permitir ao licitante demonstrar a exequibilidade de seu preço, apresentando **planilha de custos detalhada de acordo com estoques disponíveis, respectivas notas fiscais, notas de entradas, propostas de fornecedores, contratos celebrados com percentuais similares, além de outros documentos probatórios hábeis**, adotando o seguinte procedimento:

a) será solicitado ao Licitante, via chat, a apresentação de documentação comprobatória da viabilidade da proposta apresentada no prazo **de até 120 (cento e vinte) MINUTOS**;

b) licitante encaminhará por meio da opção “Enviar Anexo”, via sistema COMPRAS.GOV, a documentação solicitada, ou poderá requerer, em razão da complexidade do objeto, a dilação do prazo indicado na alínea anterior, podendo o Pregoeiro conceder prazo de **até 48 (quarenta e oito) HORAS**, com a devida suspensão da sessão, ou decidirá motivadamente sobre o fato com base na documentação apresentada;

c) para fins de comprovação da exequibilidade, deverá o Licitante apresentar planilha de custos e preço dos serviços, como também apresentar documentos que comprovem o seu custo ou utilizar qualquer meio de prova admitido em Direito (se for o caso);

d) para fins de adequação da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar que sejam realizadas **correções da planilha de custo e formação de preços**, desde que não haja majoração de preço global proposto.

**15.05.** Caso todos os licitantes tenham apresentado preços finais superiores ao MÁXIMO FIXADO NO EDITAL, será realizado **negociação** prévia (**item 16 deste Edital**), na ordem de classificação, para fins de redução de preços. Não ocorrendo redução na negociação, o Pregoeiro procederá à desclassificação de todas as propostas, podendo declarar o ITEM/GRUPO/CERTAME FRUSTRADO.

**15.06.** Não se considerará qualquer **oferta de vantagem não prevista** neste Edital e seus anexos, inclusive doações ou financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

## **16. DA NEGOCIAÇÃO**

**16.01.** ACEITA a proposta mais bem classificada para o ITEM, o Pregoeiro procederá à **NEGOCIAÇÃO** por meio do CHAT, sendo o licitante convocado para, no prazo fixado pelo Pregoeiro, **superior a 15 (quinze) MINUTOS**, pronunciar-se quanto à possibilidade ou não da **redução dos preços**, prorrogável a pedido do licitante e a critério do Pregoeiro.

**16.02.** Eventual(is) redução(ões) de preço(s) alcançada(s) na NEGOCIAÇÃO será(ão) informado(s) via chat pelo licitante e, posteriormente, registrado no Sistema diretamente pelo Pregoeiro, por ocasião da CLASSIFICAÇÃO da(s) proposta(s), bem como incorporado à proposta comercial ajustada ao valor final proposto/negociado.

**16.03.** Na ausência de manifestação do licitante quanto à convocação disposta no **item 16.01** deste Edital, o Pregoeiro poderá dar seguimento ao certame, prevalecendo o valor do último lance ofertado, SALVO SE O PREÇO FINAL PROPOSTO FOR SUPERIOR AO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO.

**16.04.** Caso o PREÇO FINAL da proposta melhor classificada seja superior ao PREÇO MÁXIMO, e não havendo sucesso na negociação junto ao licitante, proceder-se-á na forma fixada no **ITEM 14.05** deste Edital.

## **17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**17.01. Após a etapa de disputa de preços**, o Pregoeiro solicitará a PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA DA LICITANTE MELHOR CLASSIFICADA, conforme modelo disponibilizado neste Edital (e os documentos e informações técnicas pertinentes ao objeto, tais como: **fichas técnicas, folders, encartes, links de fabricantes, certificados, cartas de solidariedade**, entre outros, conforme com as exigências contidas no Projeto Básico e Executivo/Termo de Referência), que DEVERÁ ser anexada no COMPRAS.GOV, podendo o Pregoeiro, a seu critério e considerando a natureza do objeto e as regras editalícias, solicitar VIA CHAT, durante as fases de julgamento da(s) proposta(s), complementação da documentação técnica do objeto necessária ao julgamento da proposta, por meio da opção “ENVIAR ANEXO”, segundo os prazos específicos fixados nos **ITENS 05.03** deste Edital, contados da convocação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado a pedido do licitante e/ou a critério do Pregoeiro.

**17.01.01.** O Licitante anexará a documentação de habilitação exigida no **ITEM 06** deste Edital, sem prejuízo de posteriores complementações de documentos e informações durante a fase de julgamento da habilitação.

**17.02.** A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá ser anexada ao COMPRAS.GOV, **no prazo máximo de 120 (cento e vinte) MINUTOS**, a partir da solicitação VIA CHAT e da abertura da opção “ENVIAR ANEXO”, não havendo qualquer prejuízo caso Licitante proceda à anexação da documentação de habilitação juntamente com a proposta comercial ajusta prevista no **ITEM 17.01** deste Edital.

**17.03.** A partir da convocação via COMPRAS.GOV para o encaminhamento da PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA, DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E/OU DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, deverão ser observadas as seguintes regras:

a) na impossibilidade do encaminhamento via COMPRAS.GOV, devidamente justificado, poderá ser facultado ao licitante o seu envio por e-mail ([licitacoes@jfal.jus.br](mailto:licitacoes@jfal.jus.br)), observados os prazos fixados; Neste caso, a referida documentação ou proposta ajustada será disponibilizada no site oficial da Justiça Federal em Alagoas no link <https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php>;

a.1) Lembrar que qualquer encaminhamento de proposta ou documentação antes do fim da etapa de disputa prejudicará o anonimato);

b) se o licitante não estiver logado e/ou não responder no prazo da convocação, **decairá do direito de continuar participando do item convocado**, tendo a sua proposta DESCLASSIFICADA ou, ainda, será INABILITADO, caso não anexo ao Compras.gov o que foi solicitado/convocado até o prazo previsto neste Edital;

c) para fins de viabilização operacional, e considerando limitações de tamanho ou quantidades de arquivos, e dificuldades operacionais enfrentadas pelo licitante, **o Pregoeiro poderá convocar anexo quantas vezes se fizerem necessárias**, visando a finalidade do ato e a ampliação da competitividade; e,

d) para fins de viabilizar a juntada dos documentos no sistema interno de processos administrativos virtuais da Justiça Federal em Alagoas (SEI), recomenda-se que a empresa licitante anexe arquivos no tamanho máximo de 8MB, facultando sua divisão para observância deste limite, sugerindo-se compreensiva nomeação dos documentos.

**17.04.** Sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO, a proposta e documentação exigida neste Edital (e seus apêndices) deverá ser emitida **em nome do licitante**, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

**a)** no caso em que o licitante seja **matriz**, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da **matriz**;

**b)** no caso em que o licitante seja **filial**, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da **filial**, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito (CND) perante o INSS, **desde que conste no próprio documento a validade para a matriz e a filial**; como também, quanto ao Certificado de Regularidade de Situação (FGTS) para o licitante que proceda ao recolhimento dos encargos de forma centralizada;

c) será dispensada a apresentação, no nome e no CNPJ da filial, daquele documento que, pela própria natureza, apenas seja emitido em nome da **matriz**;

d) o CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento do licitante que efetivamente executará o objeto da presente licitação;

e) Caso a contratada opte, em decorrência dos pagamentos, por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como daquele que efetivamente executará o objeto.

**17.05.** Em se tratando de ME/EPP, e havendo alguma **RESTRIÇÃO** na comprovação da **HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) DIAS ÚTEIS**, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões.

**17.06.** A não regularização da documentação fiscal no prazo indicado no subitem anterior implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus apêndices, sendo facultado à Justiça Federal de Primeiro Grau em Alagoas convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do futuro Contrato.

**17.07.** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar documentação complementar à proposta e habilitação, poderá ser **DESCCLASSIFICADO** ou **INABILITADO**, além de se sujeitar às **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** previstas neste Edital (**ITEM 28**), sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

**17.08.** A documentação original ou cópia autenticada, **APENAS QUANDO FOR SOLICITADO EXPRESSAMENTE PELO PREGOEIRO**, deverá ser encaminhada, no **prazo de até 05 (cinco) DIAS ÚTEIS**, contados da solicitação, ao endereço constante no preâmbulo deste Edital e em atenção à Seção de Licitações e Contratos desta Instituição.

**17.09.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem **DILIGÊNCIAS** para aferir a legitimidade de documento apresentado, bem como exequibilidade do preço e qualidade do objeto proposto, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

## **18. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL**

**18.01.** O **JULGAMENTO DA PROPOSTA** será realizado pelo critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as **EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE QUALIDADE** e **QUANTIDADE** do objeto proposto pelo licitante, bem como a **EXEQUIBILIDADE** do preço proposto.

**18.02.** O Pregoeiro poderá solicitar **PARECER TÉCNICO** à unidade solicitante, para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no **Projeto Básico e Executivo/ Termo de Referência (ANEXOS I)**.

**18.03.** Será **DESCCLASSIFICADA** por **despacho fundamentado** a proposta do Licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos **itens 18.07 a 18.10** deste Edital:

a) deixar de comprovar requisito para fins de exercício de **direito de preferência** (se for o caso);

b) deixar de indicar, anexar ou comprovar as informações exigidas neste Edital (e seus apêndices) **que prejudiquem a avaliação da qualidade do objeto proposto**;

c) indique objeto que não atenda a todas as exigências de **qualidade** e às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

d) não contenha a **quantidade numérica e unidade métrica** exigidas no Projeto Básico/Termo de Referência;



e) deixar de indicar os dados cadastrais da empresa licitante e de seu responsável, bem como as declarações exigidas.

**18.04.** Será CLASSIFICADA a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus apêndices, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no **Projeto Básico/Termo de Referência (ANEXO I) e no Modelo de Proposta (ANEXO III)** deste Edital.

**18.05.** Se a proposta for DESCLASSIFICADA, o Pregoeiro examinará a PROPOSTA SUBSEQUENTE, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus apêndices, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

**18.06.** Escolhida a proposta que melhor atenda aos fins pretendidos, segundo as regras do Edital e seus apêndices, o Pregoeiro passará à FASE DE HABILITAÇÃO.

**18.07.** Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus apêndices que não afetem a essência da proposta do licitante poderão, mediante **despacho fundamentado**, ser dispensadas ou **até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO"** pelo Pregoeiro, a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

**18.08.** Modelos apensos/anexados a este Edital servem **apenas como orientação aos licitantes**, não sendo motivo de desclassificação a apresentação de proposta ou documentos/declarações que sejam elaborados de forma diferente, mas que contenham os elementos essenciais para comprovação das informações necessárias.

**18.09.** No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o Pregoeiro **poderá:**

a) solicitar complementação de informações, documentos e **ajustes na proposta escrita** para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;

b) solicitar **ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços** para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;

c) **sanar erros ou falhas** que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante **despacho fundamentado**, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;

d) **realizar diligências** em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via chat, na ata dos trabalhos.

**18.10.** Sempre que a proposta NÃO FOR ACEITA OU FOR DESCLASSIFICADA, e antes de o Pregoeiro passar à análise da subsequente, poderá haver nova retorno de fase de desempate, após verificação automática do sistema de eventual ocorrência de EMPATE, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, podendo-se reabrir os procedimentos previstos no **ITEM 12** deste Edital.

## **19. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

**19.01.** Havendo julgamento favorável à classificação da proposta comercial, o Pregoeiro analisará a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, ou a DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, por meio dos arquivos encaminhados na opção "ENVIAR ANEXO", observadas as regras contidas nos **ITENS 06 e 17** deste Edital.

**19.01.01.** A no art. 64 da Lei 14.133/2021 **não alcança documentos destinados a atestar** condições de habilitação preexistentes à abertura da sessão pública que não foram anexados ao COMPRAS.GOV no



momento oportuno, de forma que o Pregoeiro PODERÁ diligenciar para permitir tal COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.

**19.02.** Será acessado o SICAF, no link <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf>, para fins de consulta do cadastro do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, verificando-se a habilitação parcial de cada licitante, sendo impresso o extrato que integrará a documentação de habilitação do(s) licitante(s).

**19.03.** Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão visualizadas e impressas as **declarações eletrônicas** para fins de cumprimento do exigido no **SUBITEM 06.01.05** deste Edital.

**19.04.** Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em SÍTIOS OFICIAIS DE ÓRGÃOS E ENTIDADES EMISSORES DE CERTIDÕES E/OU DOCUMENTOS DIVERSOS como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, **ou até para fins de obtenção de certidões e informações**, sendo comprovadas nos autos tais diligências.

**19.05.** Caso o licitante apresente algum nível de consulta/certidão/documento com prazo de validade vencido, poderá o Pregoeiro realizar diligências eletrônicas diretamente nos sítios oficiais.

**19.06.** Os critérios objetivos de julgamento da **CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** serão aqueles estabelecidos no **SUBITEM 06.01.04**.

**19.07.** Para fins de julgamento objetivo da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** a Licitante deverá comprovar as quantidades mínimos de serviços já executados, conforme fixado no **PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**.

**19.08.** O Pregoeiro poderá solicitar PARECER TÉCNICO à unidade técnica responsável pelo planejamento da contratação, bem como ao **Setor de Contabilidade e Assessoria Jurídica**, para fins de avaliação da conformidade da documentação de **habilitação técnica e qualificação econômico-financeira** às exigências contidas no edital (e seus apêndices).

**19.09.** Não sendo possível haver saneamento, poderá ser INABILITADO o Licitante que:

- a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no **ITEM 06** deste Edital;
- b) apresentar certidão ou outro documento com **prazo de validade vencido**, ressalvado permissivo contido no **ITEM 12.03** deste Edital;
- c) apresentar quaisquer documentos em desacordo com as exigências de deste Edital, inclusive quanto ao previsto no **ITEM 17.04** deste Edital;
- d) não contenha em seu ato constitutivo **atividade econômica compatível** com o objeto da presente licitação;
- e) não comprove as exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica previstas neste Edital e seus anexos.

**19.10.** Sendo o licitante ME/EPP/COOPERATIVA, não será motivo de INABILITAÇÃO a existência de **restrições** na sua HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:

- a) será o licitante DECLARADO HABILITADO no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- b) será assegurado o prazo de 05 DIAS ÚTEIS, **cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato**, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.

c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior acarretará na **decadência do direito à contratação**, sendo facultado à Justiça Federal de Primeiro Grau em Alagoas convocar os licitantes

remanescentes na ordem de classificação para firmamento do contrato.

**19.11.** Será **HABILITADO** o licitante que comprovar satisfatoriamente todas as capacidades subjetivas exigidas no **ITEM 06** deste Edital.

**19.12.** No julgamento da habilitação, poderá o Pregoeiro adotar os procedimentos, diligências e decisões que visem **sanar erros ou falhas** que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

## **20. DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**20.01.** Declarado o(s) vencedor(es), o Pregoeiro abrirá prazo mínimo de **30 (trinta) MINUTOS**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua **INTENÇÃO DE RECORRER** com registro da síntese de suas razões, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer, nos termos do art. 40 da **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**.

**20.02.** O **RECURSO ADMINISTRATIVO** poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo Pregoeiro durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus apêndices.

**20.03.** Havendo registro de **INTENÇÃO DE RECURSO**, o Pregoeiro fará **JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE** da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos **pressupostos recursais de admissibilidade**.

**20.04.** Será **rejeitada** a **INTENÇÃO DE RECURSO** de **caráter protelatório** que:

- a) seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;
- b) seja intempestiva;
- c) não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo Pregoeiro no certame; e/ou
- d) seja fundamentada em **mera insatisfação do licitante**, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

**20.05.** A recorrente que tiver sua **intenção de recurso aceita** terá o prazo de **03 (três) DIAS** para apresentar as **razões do recurso**, por meio de registro no sistema, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar **contrarrazões**, também via sistema ou por e-mail, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

**20.06.** Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis no próprio sistema **COMPRAS.GOV**.

**20.07.** Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o Pregoeiro deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de **JUÍZO DE RETRATAÇÃO**:

- a) **reconsiderar**, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,
- b) **manter** inalterada a decisão recorrida.

**20.08.** Em qualquer das situações contidas no subitem anterior, o processo deverá ser submetido, depois de devidamente instruído pelo Pregoeiro, à **análise hierárquica superior** para fins de decisão final, podendo o Diretor do Foro:

- a) decidir de pronto o **mérito do recurso**, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do Pregoeiro.

b) determinar **prévia emissão de parecer** da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.

**20.09.** Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

**20.10.** A **não apresentação das razões** referente à intenção de recurso registrada no sistema no prazo legal importa preclusão do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto e homologação do certame. A critério do Pregoeiro ou da autoridade superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

**20.11.** Não cabe **recurso adesivo** por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

**20.12.** Na análise e julgamento do recurso, poderá o Pregoeiro baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica responsável pela especificação do objeto, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.

**20.13.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame (**ITEM 21**).

**20.14.** No caso de licitações com julgamento **POR ITEM/POR GRUPO**, a aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns)/grupo(s) recorrido(s), **inclusive quanto ao prazo de validade da proposta**, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro em face dos demais itens/grupos do objeto da licitação.

## **21. DA REABERTURA DA SESSÃO**

**21.01.** A Sessão Pública poderá ser **REABERTA**, em **prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) HORAS**, em relação ao(s) ITEM(NS)/GRUPO(S) do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a **ordem classificatória** da fase de lances:

- a) Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à **anulação** de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- b) Constatado **erro/impropriedade** na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame restará retroagido aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada.
- c) Licitante declarado vencedor que **não assinar** o instrumento contratual, não havendo CADASTRO DE RESERVA, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas.
- d) ME/EPP/COOPERATIVA com **restrição da habilitação fiscal e trabalhista** que, vencedora do certame, não comprove tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- e) Licitante vencedor que **não mantiver as condições de participação e de habilitação** até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

**21.02.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados no Sistema COMPRAS.GOV a data e hora de tal reabertura, observados os seguintes meios:

- a) A convocação se dará por meio do sistema COMPRAS.GOV ("CHAT" ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;
- b) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados cadastrais contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados; e,
- c) A convocação para reabertura também será divulgada com antecedência por meio do sítio oficial da Instituição, no link <https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php>, cabendo ao licitante acompanhar as informações e publicações contidas naquele canal de acesso.

**21.03.** A Sessão Pública reaberta será composta de todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que os trabalhos serão retomados.

## **22. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**22.01.** Quando não houver recurso administrativo, o Pregoeiro encerrará a sessão e **ADJUDICARÁ** o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame. Neste caso, o Pregoeiro encaminhará o processo devidamente instruído à apreciação da DIREÇÃO DO FORO para fins de HOMOLOGAÇÃO.

**22.02.** Caso haja RECURSO ADMINISTRATIVO, o processo será submetido à superior consideração da DIREÇÃO DO FORO para fins de **decisão final do recurso, homologação** do certame e **adjudicação** do objeto ao(s) vencedor(es), POR ITEM.

**22.03.** Por meio de DESPACHO fundamentado, poderá o Diretor do Foro:

- a) **homologar** o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;
- b) **anular** o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
- c) **revogar** o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.

## **23. DA PUBLICIDADE**

**23.01.** O presente Edital será **divulgado**, em inteiro teor, no **PNCP – PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**, e no Sítio Oficial da Instituição pelo link <https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php>, nos termos fixados nos arts. 54 e 174 da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 14 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

**23.02.** O AVISO DA LICITAÇÃO será **publicada**, em forma de extrato, no DOU - Diário Oficial da União, Seção 3.

**23.03.** Todos os documentos, pareceres e atos decisórios do procedimento licitatório realizados durante a FASE EXTERNA serão divulgados, via Internet, pelo Sítio Oficial da Instituição pelo link <https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php> e/ou no Portal de Compras do Governo Federal – [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br) (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

**23.04.** O extrato do futuro Termo de Contrato será divulgado no **PNCP – PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**, e no Sítio Oficial da Instituição pelo link <https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php>, nos termos determinados pelos arts. 94 e 174, da Lei nº 14.133/2021.

## **24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**24.01.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União, classificadas no **Programa de Trabalho Resumido** 168312 e no **Elemento de Despesa** 339030.26, conforme informação de disponibilidade orçamentária SOF (SEI 5706020 e 5706024).

## **25. DA CONTRATAÇÃO**

**25.01.** A **contratação** do objeto da presente licitação será formalizada por intermédio de **Termo de Contrato**, contendo todas as cláusulas e condições necessárias e suficientes para disciplinar a relação contratual, **à luz do disposto nos arts. 89 e 92, da Lei nº 14.133/2021.**



**25.02.** A **vigência** da contratação decorrente desta licitação observará os prazos e condições fixados no **PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**.

**25.03.** A assinatura ou ciência da **Nota de Empenho ou Termo de Contrato** será por via eletrônica no sistema processual SEI – Sistema Eletrônico de Informações, conforme procedimentos indicados no **ITEM 25.09** deste Edital.

**25.04.** Convocado para assinatura ou aceitação da nota de empenho de despesas, e antes de formalizar a contratação, o particular deverá (conforme o caso) comprovar a regularidade fiscal e trabalhista exigida para habilitação, bem como as condições de contratação por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

**25.05.** O Contratado fica obrigado a **aceitar**, nas mesmas condições propostas, os **acréscimos ou supressões** que porventura se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido, nos termos do **art. 125 da Lei nº 14.133/2021**.

**25.06.** havendo exigência de GARANTIA CONTRATUAL, o Licitante/Contratado apresentará de acordo com o PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO/TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), por meio de uma das modalidades previstas da Lei.

**25.07.** A(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) deverá(ão) observar o disposto no inciso VI, art. 2º, da Resolução nº 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça (alterada pela Resolução 299/2016) que veda a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação; bem como o previsto no artigo 3º da mesma Resolução (redação dada pela Resolução nº 09/2005), no tocante à vedação de manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que possua em seu quadro, ou que venha a contratar, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo na ocorrência de quaisquer das hipóteses descritas, comunicar, de imediato e por escrito, a esta Seção Judiciária.

**25.08.** O(s) Particular(es) a ser(em) contratado(s) deverá(ão) observar a vedação de que não mantenham qualquer relação de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com qualquer dirigente da Justiça Federal em Alagoas, ou com qualquer agente público que desempenhe função na área de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **nos termos fixados no art. 14, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021**.

**25.09.** Convocado via e-mail, whatsapp ou correios para assinatura do Termo de Contrato, o Licitante adjudicatário terá o **prazo de 5 (cinco) DIAS** para fazê-lo, mediante cadastro no sistema SEI – JFAL [https://sei.trf5.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), podendo tal prazo ser prorrogado uma vez por igual período, sob pena de perder o direito público subjetivo à contratação.

**25.10.** Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para retirada de nota de empenho e/ou assinatura do Termo de Contrato, ficam os licitantes liberados de seus compromissos assumidos com as respectivas propostas.

**25.11.** Caso o licitante vencedor do certame não mantenha a proposta, não assine o Termo de Contrato ou não retire a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas no **ITEM 25.09** deste Edital, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ou REVOGAR a licitação, observado os procedimentos previstos neste Edital.

**25.12.** Não havendo licitante interessado em retirar a nota de empenho e/ou assinar o Termo de Contrato nas mesmas condições do licitante vencedor prevista no item anterior deste Edital, poderá a Administração:



a) convocar os licitantes remanescentes para **NEGOCIAÇÃO**, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do licitante vencedor do certame; ou

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição prevista na alínea anterior.

**25.13.** A recusa injustificada do licitante vencedor do certame em retirar a nota de empenho e/ou assinar o Termo de Contrato no prazo e condições estabelecidos pela Administração **CHARACTERIZARÁ O DESCUMPRIMENTO TOTAL DA OBRIGAÇÃO ASSUMIDA e SUJEITARÁ o Particular às sanções legalmente estabelecidas, bem como à imediata perda da garantia de proposta em favor da União (se houver).**

## **26. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DA DESPESA**

**26.01.** A liquidação e o pagamento da despesa serão realizados conforme disposto no **ITEM 14 do PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).**

## **27. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS**

**27.01.** Os preços referentes ao(s) objeto(s) contratado(s) poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, de forma anual, nos termos fixados no **PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).**

**27.02.** Havendo comprovado **desequilíbrio contratual**, caberá **revisão** de preços pactuados, para mais ou para menos, nos termos fixados nos **arts. 124, inc. II, alínea “d”, 130, 131 e 134, Lei nº 14.133/2021.**

**27.03.** No caso de **desequilíbrio contratual**, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o *quantum* do impacto negativo na economia contratual, observadas as regras específicas contidas nos arts. 25, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**27.04.** Havendo **atraso de pagamento** por parte da Administração, e não tendo o particular concorrido de alguma forma para tanto, será devida correção monetária do valor devido, entre a data prevista para o pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, nos termos e metodologia fixada no **PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).**

## **28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**28.01.** As sanções administrativas cabíveis nos casos de condutas contrárias às regras fixadas neste Edital são aquelas previstas no **Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021**, sendo o procedimento de apuração de responsabilidade e eventual aplicação das sanções cabíveis realizado, de forma objetiva, segundo a sistematização disciplinada no **Regulamento Interno de Procedimentos para Apuração da Responsabilidade e Aplicação de Sanção Administrativa**, disponível no link <https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php>.

**28.02.** As categorias de infrações contratuais, as condutas irregulares (e situações contratuais concretas a ser enquadradas), as sanções cabíveis e os ritos de apuração da responsabilidade da CONTRATADA deverão observar o disposto na tabela abaixo:

<b>CATEGORIA DE INFRAÇÕES</b>	<b>CONDUTA(S) CONCRETAS IMPRÓPRIAS</b>	<b>SANÇÕES CABÍVEIS E RITO DE APURAÇÃO</b>
Inexecução parcial das obrigações de licitante	Infrações de menor gravidade que não acarretem prejuízos à Administração ou ao interesse público primário	<b>SANÇÕES CABÍVEIS:</b> a) <b>advertência</b> formal; e, b) <b>multa</b> compensatória de 0,5% a 5% do valor total estimado da licitação; <b>PROCEDIMENTO:</b> Rito sumário.
	Cadastrar propostas comerciais eletrônicas com valores exorbitantes em relação ao valor máximo	

	Não cumprir com as obrigações de licitante previstas no ITEM 03 deste Edital, exceto se classificada em outra categoria mais grave	
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	Não entregar documentação exigida no edital ou solicitada pelo Pregoeiro	SANÇÕES CABÍVEIS: a) <b>impedimento</b> de licitar e contratar por <b>até 2 anos</b> ; ou b) <b>declaração de inidoneidade</b> por 3 anos; e c) <b>multa</b> compensatória de até <b>10%</b> do valor total de referência da licitação; PROCEDIMENTO: Rito ordinário.
	Não atender ao chamado do Pregoeiro via CHAT que resulte na sua desclassificação ou inabilitação	
Não manter a proposta, não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para a contratação	Recursar-se a manter a proposta ou lance final apresentados formalmente no certame	SANÇÕES CABÍVEIS: a) <b>impedimento</b> de licitar e contratar por <b>até 2 anos</b> ; ou, declaração de inidoneidade <b>por 3 anos</b> ; e b) <b>multa</b> compensatória de até <b>20% do valor total de referência da licitação</b> ; PROCEDIMENTO: Rito ordinário.
	Não comprovar as condições subjetivas de contratação, bem como de habilitação exigidas no certame no momento da assinatura do termo de contrato	
	Recusar-se a assinar o Termo de Contrato no prazo e condições fixadas no Edital	
Documentação, declaração ou informação falsa	Apresentar qualquer documento falso para o certame	SANÇÕES CABÍVEIS: a) a) <b>impedimento</b> de licitar e contratar por <b>até 3 anos</b> ; ou <b>declaração de inidoneidade</b> de 3 a 4 anos; e, b) <b>multa</b> compensatória de até <b>25%</b> do valor total de referência da licitação; PROCEDIMENTO: Rito ordinário.
	Prestar qualquer informação ou declaração falsa para o certame	
Fraudar a licitação ou praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação	Cadastrar proposta comercial eletrônica contendo qualquer nome, texto, elemento ou caractere especial com o objetivo de possibilitar a sua identificação durante a fase de lances	SANÇÕES CABÍVEIS: a) <b>impedimento</b> de licitar e contratar por <b>até 3 anos</b> ; ou <b>declaração de inidoneidade</b> de 4 a 6 anos; e, b) <b>multa</b> compensatória de <b>20 a 30%</b> do valor total de referência da licitação ou da contratação; PROCEDIMENTO: Rito ordinário.
	Utilizar robô ou outro meio automático de envio de lances para obter vantagem na competição	
	Participar de <b>cartel</b> ou de <b>conluio</b> para fraudar a licitação	
	Combinar preços com outros concorrentes	
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Comportar-se de forma a tumultuar o certame	SANÇÕES CABÍVEIS: a) <b>impedimento</b> de licitar e contratar por <b>até 3 anos</b> ;

		ou <b>declaração de inidoneidade</b> de 3 a 4 anos; e,
	Cometer fraude fiscal no certame	b) <b>multa</b> compensatória de 15 a 25% do valor total de referência da licitação ou da contratação;
Praticar ato lesivo previsto no <a href="#">art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013</a>		<del>PROCEDIMENTO: Rito ordinário</del> a) <b>declaração de inidoneidade</b> de 4 a 6 anos; e/ou b) <b>multa</b> compensatória de <b>20 a 30%</b> do valor total de referência da licitação ou da contratação; PROCEDIMENTO: Rito ordinário.

**28.03.** Na ocorrência de inadimplemento de outras obrigações/deveres contidos neste Edital, e não contempladas na alínea anterior deste item, caberá ao Pregoeiro propor o enquadramento da conduta da categorial infracional proporcionalmente adequada, observados o contraditório e a ampla defesa.

**28.04.** Cabe ao Pregoeiro propor a abertura de processo administrativo sancionador, procedendo à devida instrução processual para fins de comprovação da conduta infracional da Licitante.

**28.05.** O procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação da sanção cabível será conduzido por Comissão Processante, nos termos do **Regulamento Interno de Procedimentos para Apuração da Responsabilidade e Aplicação de Sanção Administrativa**, disponível em <https://www.jfal.gov.br/intranet/licitacoes/licitacoes.php>.

## 29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**29.01.** A critério da Administração, poderá a presente LICITAÇÃO:

- a) ter a sessão inicial ADIADA, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial da União e registro no COMPRAS.GOV, para fins de obtenção de melhores condições de análise de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações do edital, além de outras razões de interesse da Instituição.
- b) ser SUSPensa, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial e registro no COMPRAS.GOV, para fins de readequação de eventuais falhas e/ou inadequações identificadas.
- c) ser REVOGADA, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- d) ser ANULADA, de ofício ou por provocação de terceiros, caso haja invalidade ou ilegalidade, mediante Despacho escrito e devidamente fundamentado, podendo ser aproveitados os atos pretéritos ao momento da ilegalidade, **observado o disposto no art. 137 da Lei nº 14.133/2021**.

**29.02.** A anulação do procedimento licitatório induz ao da contratação, mantendo-se hígidos todos os atos não contaminados pela ilegalidade declarada.

**29.03.** Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

**29.04.** O Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo no sentido de **ampliar a competição** e de melhor alcançar a **finalidade pública** pretendida com o presente certame.

**29.05.** Na **contagem dos prazos** previstos neste instrumento convocatório, excluir-se-á o dia do início, incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**29.06.** As regras do presente certame serão sempre interpretadas **em favor da ampliação da disputa**, desde que não comprometam o interesse público primário, a finalidade e a validade e segurança jurídica da contratação.

**29.07.** A participação nesta licitação implica na **aceitação plena e irrevogável das regras** constantes do presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.

**29.08.** Serão aceitos como comunicação oficial e/ou meio de prova das formalidades inerentes a este certame os documentos, correspondências, comunicação e/ou notificações disponíveis em sítios oficiais de instituições públicas na Internet e/ou encaminhadas por e-mail ([licitacoes@jfal.jus.br](mailto:licitacoes@jfal.jus.br)), bem como registrados no Sistema COMPRAS.GOV ou publicados no Diário Oficial da União, nos termos da legislação.

**29.09.** A assinatura do **instrumento contratual** ocorrerá por **via eletrônica** diretamente no sistema processual SEI – Sistema Eletrônico de Informações, de modo que o(s) representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) (ou aceita(s) no CADASTRO DE RESERVA) deverá(ão) realizar cadastro(s) para acesso(s) ao SEI para fins de assinatura(s) digital(is), conforme link de acesso: [https://sei.trf5.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0);

**29.10.** Os casos omissos neste Edital e seus apêndices serão resolvidos pelo Pregoeiro, que se baseará nos princípios aplicáveis à Administração Pública e às licitações públicas, como também nas disposições contidas na **Lei nº 14.133/2021, regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022 e demais normas aplicáveis.**

**29.11.** Maiores esclarecimentos e informações sobre este PREGÃO ELETRÔNICO serão prestados pelo Pregoeiro no endereço constante do preâmbulo deste Edital, pelo telefone (82) 2122-4240 / whatsapp (82) 99317-9475 ou pelo endereço eletrônico [licitacoes@jfal.jus.br](mailto:licitacoes@jfal.jus.br).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO GALGANI LOPES DE CASTRO, SUPERVISOR(A) DE SEÇÃO**, em 23/02/2026, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **5715149** e o código CRC **54017506**.



JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- 1.1. **Número do Processo Administrativo:** 0001685-23.2025.4.05.7200
- 1.2. **Área Requisitante:** Divisão de Tecnologia da Informação
- 1.3. **Responsável:** Fabiano Andrade Costa, Supervisor da Seção de Gestão de Sistemas de Informação
- 1.4. **Anexos:** Faz parte integrante deste Termo de Referência o seguinte anexo:
- 1.4.1. ANEXO I - Modelo de proposta

**2. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 2.1. O objeto do presente termo, é a Aquisição de baterias estacionárias novas, com garantia mínima de 02 anos do fabricante, termos e condições estabelecidas neste instrumento, observados os detalhamentos técnicos e operacionais.

**3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO**

- 3.1. A especificação dos itens e as quantidades estimadas descritos neste Termo de Referência, conforme quadro abaixo.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	Valor Unitário	Valor total
01	1	Bateria Estacionária: 12V45Ah – C20 – Mínimo de 2 anos de garantia	Und.	28	530,90	14.865,20
	2	Bateria Estacionária: 12V80Ah – C20 – Mínimo de 2 anos de garantia	Und.	56	947,48	53.058,66
VALOR TOTAL						<b>67.923,86</b>

- 3.2. Especificações gerais das baterias:
- 3.2.1. As baterias deverão ser novas, de primeiro uso;
- 3.2.2. Data de fabricação inferior a 3 meses na data de entrega no local determinado conforme item 10.1.5 deste Termo de Referência;
- 3.2.3. Estacionárias;
- 3.2.4. **Não serão aceitas baterias automotivas;**
- 3.2.5. Tampa selada, à prova de vazamentos e estanque a gases;
- 3.2.6. Filtro anti-chama;
- 3.2.7. Grades com liga de Chumbo-Cálcio-Prata;
- 3.2.8. Indicador de teste (Charge Eye);
- 3.2.9. Livre de manutenção;
- 3.2.10. Tensão nominal de 12 volts;
- 3.2.11. Fornecidas com parafusos, porcas e arruelas compatíveis em inox;



- 3.2.12. **Garantia mínima de 2 (dois) anos a contar da instalação e ativação junto ao sistema UPS da contratante;**
- 3.2.13. Vida útil mínima de 3 anos;
- 3.2.14. **Todas as baterias de cada item deverão ser do mesmo fabricante e modelo;**
- 3.3. Especificações por item:
  - 3.3.1. **ITEM 1:**
    - 3.3.1.1. Quantidade: 28 (vinte e oito) unidades
    - 3.3.1.2. Corrente nominal de 45Ah (C20) / 50Ah (C100)
    - 3.3.1.3. Terminal tipo "L" com furo mínimo de 7mm.
  - 3.3.2. **ITEM 2:**
    - 3.3.2.1. Quantidade: 56 (cinquenta e seis) unidades
    - 3.3.2.2. Corrente nominal de 80Ah (C20) / 93Ah (C100)
    - 3.3.2.3. Terminal do tipo rosqueado em aço inox, diâmetro da rosca máximo de 3/8" 16 unc.

#### 4. NATUREZA DO OBJETO

- 4.1. O objeto desta contratação é caracterizado como **BEM COMUM**, visto que possui especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, logo, o objeto **NÃO SE ENQUADRA COMO SENDO DE BEM DE LUXO**, nos termos do art. 20, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### 5. PRAZO

- 5.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 6.1. A Fundamentação da Contratação e a Descrição da necessidade, encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, podendo ser disponibilizado aos interessados, (se necessário).
- 6.2. As informações e as justificativas da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, podendo ser disponibilizado aos interessados, (se necessário).

#### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 7.1. A Descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, podendo ser disponibilizado aos interessados, (se necessário).

#### 8. CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 8.1. O ciclo de vida do objeto, será considerado de acordo com a prática de mercado, assegurando a coleta, reciclagem, manutenção e consumo, relacionado a efetividade da contratação, interligada as boas práticas de sustentabilidade e reciclagem.

#### 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. **Requisitos de segurança**
  - 9.1.1. A fornecedora deverá tratar como confidenciais todos os dados, informações ou documentos a que tiver acesso, e submeter-se às normas e políticas de segurança da SJAL,

orientando seus empregados e prepostos nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

**9.1.2.** A fornecedora deverá assumir responsabilidade por quaisquer danos físicos ou materiais causados ao órgão, ou a terceiros, decorrentes de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança.

**9.1.3.** O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a fornecedora às penalidades administrativas, civis e penais cabíveis.

## **9.2. Requisitos de garantia**

**9.2.1.** A garantia do produto estará vinculada ao fabricante e à contratada, em conformidade com a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**9.2.2.** Além do previsto no Código de Defesa do Consumidor, todas as baterias deverão contar com garantia mínima de 02 anos, a partir da data de instalação e ativação junto ao sistema UPS da SJAL, cobrindo defeitos de fabricação, desempenho e funcionamento.

**9.2.3.** O objeto deverá possuir assistência técnica autorizada na cidade de Maceió-AL.

**9.2.4.** O fornecedor deverá indicar, através de documento do fabricante, empresa que deverá prestar os serviços de assistência técnica/garantia no período da garantia do objeto.

## **9.3. Requisitos de Sustentabilidade**

**9.3.1.** Esta contratação observará, em todas as fases do procedimento de contratação, seguir as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade, de acordo com a prática de mercado, a fim de assegurar o resultado mais eficiente para Administração Pública.

**9.3.2.** A comprovação dos dispostos descritos no ETP, poderá ser feita mediante apresentação do catálogo do item apresentado juntamente com a proposta ou por qualquer outro meio de prova, inclusive por declaração da própria licitante, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências contidas.

**9.3.3.** Caso não seja possível constatar a adequação do produto às exigências, a proposta deverá ser desclassificada.

**9.3.4.** Para esta contratação, recomenda-se que o fabricante possua a certificação ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental - SGA), garantindo que a empresa gerencia seus impactos ambientais, incluindo o manejo correto de resíduos perigosos como chumbo e ácido, assegurando a sustentabilidade do produto.

**9.3.5.** A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios de política nacional de resíduos sólidos, nos termos da Lei 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

### **9.3.6. Exigência de ISO 14001**

**9.3.6.1.** Fundamentação e finalidade. Considerando que baterias estacionárias (especialmente chumbo-ácido/VRLA, quando aplicável) podem gerar impactos ambientais relevantes ao longo do ciclo de vida — fabricação, transporte, armazenamento, substituição e destinação final —, estabelece-se como requisito de sustentabilidade que o fabricante (ou a organização responsável pela fabricação) possua certificação ISO 14001 vigente (ou equivalente), emitida por organismo acreditado, visando mitigar riscos ambientais associados ao processo produtivo e à cadeia de fornecimento, além de fomentar práticas de gestão ambiental aderentes à política de contratações sustentáveis da Administração. Ressalta-se que a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade, além de se alinhar às diretrizes de compras sustentáveis, deve ser justificada nos autos, objetivamente definida no instrumento convocatório e preservar o caráter competitivo do certame, conforme dispõe o Decreto nº 7.746/2012. Por essa razão, a exigência foi formulada de forma proporcional e vinculada ao atendimento da necessidade pública, evitando-se especificações excessivas, desnecessárias ou irrelevantes. Para resguardar a competitividade, a comprovação documental desse requisito **será exigida na fase de aceitação da proposta**, do licitante melhor classificado, admitindo-se diligências e documentos equivalentes, conforme previsto no TR.

**9.3.6.2.** Adequação e proporcionalidade do requisito. O requisito não se destina a elevar padrões além do necessário para o atendimento da necessidade pública, mas a mitigar risco ambiental e promover boas práticas na cadeia de fornecimento. Os requisitos da contratação devem se limitar ao estritamente necessário, evitando especificações excessivas, desnecessárias ou irrelevantes.

**9.3.6.3.** Competitividade e mitigação de restrição indevida. Reconhece-se que exigências de certificações podem restringir a competitividade quando não acompanhadas de justificativa técnica objetiva e de demonstração de proporcionalidade em relação ao objeto. Assim, a exigência é adotada com cautela e será acompanhada de critérios de comprovação que preservem a isonomia e a competição.

**9.3.6.4.** Forma de comprovação. Para conciliar sustentabilidade e competitividade, admite-se a apresentação de certificação ISO 14001 vigente, emitida por organismo acreditado, ou comprovação equivalente de sistema de gestão ambiental, por documentação idônea que demonstre controles ambientais compatíveis com o escopo de fabricação das baterias ofertadas.

#### **9.4. Requisitos de Aceitabilidade**

**9.4.1.** Para fins de aceitabilidade da proposta, as baterias ofertadas deverão ser fabricadas por organização que possua certificação ISO 14001 vigente (Sistema de Gestão Ambiental), ou certificação equivalente, emitida por organismo acreditado/competente, aplicável ao escopo de fabricação das baterias ofertadas.

**9.4.2.** A comprovação será exigida na fase de aceitação da proposta do licitante melhor classificado, mediante apresentação de certificado válido (com identificação do organismo certificador, número do certificado, validade e escopo), ou documentação equivalente que demonstre a existência de sistema de gestão ambiental compatível com o processo produtivo.

**9.4.3.** Na hipótese de não comprovação do requisito, a proposta será desclassificada, procedendo-se à análise da proposta subsequente, sem prejuízo das diligências cabíveis.

#### **9.5. Requisitos Gerais**

**9.5.1. Indicação de marcas ou modelos:** A Administração se reserva no direito de não indicar marcas e nem modelos ao objeto deste Termo de Referência - TR, **devendo** apenas a interessada em apresentar as marcas que tem compatibilidade com a especificação de cada item, bem como há haverá vedação de marcas.

**9.5.2. Exigência de amostra:** Não será exigida amostra dos itens. Contudo, as empresas deverão apresentar catálogos e/ou fichas técnicas do produto, em língua portuguesa ou indicar endereço eletrônico para consulta para verificação técnica, visando garantir a compatibilidade do material ofertado pelos fornecedores com o objeto desta aquisição.

**9.5.3. Exigência de carta de solidariedade:** Não se aplica ao objeto deste Termo de Referência.

**9.5.4. Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto.

**9.5.5. Garantia da contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que a contratação não tem complexidade nem vai trazer prejuízo de investimentos ao erário, pois a natureza do bem é comum e rotineira, conforme a prática de mercado.

**9.5.6. Vistoria:** Não haverá exigência de vistoria ao local dos serviços/entrega do produto.

**9.5.7. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:** Quando o total do grupo de contratação for de até R\$80.000,00, a licitação será exclusiva para ME/EPP.

**9.5.7.1.** Não será observado a cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o art. 44 da Lei nº 14.133/2021 e art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, conforme justificado no item 14 do ETP.

## 10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 10.1. CONDIÇÕES DA ENTREGA:

**10.1.1. Prazo da entrega:** O prazo de entrega dos itens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do(a) do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

**10.1.1.1.** Caso não seja possível a entrega nos prazos estipulados, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (dias) de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**10.1.2. Embalagem:** Todos os itens deverão estar em perfeitas condições, lacrados e em embalagens apropriadas, a fim de garantir a segurança de todos os beneficiários, conforme padrões de qualidade e recomendação pelo INMETRO e ABNT, devendo ser observados as recomendações do E.T.P.

**10.1.3.** Todos os itens devem ser acompanhados dos termos individuais de garantia.

**10.1.4.** A entrega deverá seguir estritamente as especificações técnicas deste Termo de Referência, onde os itens deverão estar em conformidade com o que foi solicitado.

#### 10.1.5. Local e Condição de entrega do Objeto

##### 10.1.5.1. Local:

Justiça Federal em Alagoas - JFAL

Av. Menino Marcelo, s/n, Serraria – Maceió/AL. CEP: 57046-000

Divisão de Tecnologia da Informação – Térreo – (82) 2122-4159

##### 10.1.5.2. Horário:

De segunda a sexta-feira, das 9h às 18h (exceto feriados).

##### 10.1.5.3. Responsáveis pelo recebimento do objeto:

Servidores/técnicos lotados na Divisão de Tecnologia da Informação.

**10.1.6. Exigências a serem feitas após a entrega/execução:** Não há exigências a serem feitas após a entrega do objeto.

**10.1.7. Foma da execução do contrato:** A forma de execução é de fornecimento integral do objeto, de forma imediata.

## 11. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

**11.1.** A garantia do objeto está vinculada ao Fabricante e à Contratada, atenta ao Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990.

**11.2.** Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante dos itens fornecidos, e a eventual contratada se responsabilizará pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.

**11.3.** O prazo de garantia contratual dos bens, **será no total de no mínimo 02 (dois) anos, a partir da data de instalação e ativação junto ao sistema UPS da SJAL, cobrindo defeitos de fabricação, desempenho e funcionamento.**

**11.4.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**11.5.** Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado.

**11.6.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

**11.7.** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

**11.8.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

## **12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **12.1. EXECUÇÃO**

**12.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**12.1.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**12.1.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **12.2. FISCALIZAÇÃO**

**12.2.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **12.3. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**12.3.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**12.3.2.** O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**12.3.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**12.3.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**12.3.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**12.3.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**12.3.7.** O servidor responsável pela fiscalização técnica do contrato será o supervisor da Seção de Gestão de Sistemas de Informação do D.T.I., Fabiano Andrade Costa, telefone 82.2122-4233, e-mail [fabiano@jfal.jus.br](mailto:fabiano@jfal.jus.br).

**12.3.8.** O servidor responsável substituto – servidor do D.T.I., Renato Messias Oliveira de Santana, telefone 2122-4372, e-mail [renatomos@jfal.jus.br](mailto:renatomos@jfal.jus.br).

### **12.4. GESTOR DO CONTRATO**

**12.4.1.** Cabe ao gestor do contrato:

**12.4.1.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das



prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**12.4.1.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

**12.4.1.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**12.4.1.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**12.4.1.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**12.4.1.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**12.4.1.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 13. RECEBIMENTO

**13.1.** O recebimento do objeto deverá ser realizado por servidor responsável pela unidade técnica, mediante conferência do objeto e verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta.

**13.2.** Os bens serão **RECEBIDOS PROVISORIAMENTE**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**13.3.** No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto a ser recebido, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades.

**13.4.** No caso de objetos rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, os mesmos deverão ser substituídos no prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**13.5.** O **RECEBIMENTO DEFINITIVO** ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**13.6.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**13.7.** O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

**13.7.1.** Objeto de acordo com a especificação técnica contidas neste Termo de Referência e na Proposta Comercial vencedora.

**13.7.2.** Quantidades em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho.

**13.7.3.** Entrega no prazo, local e horários previsto neste Termo de Referência.

## **14. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DA DESPESA**

**14.1.** A despesa deverá ser devidamente atestada pelo responsável no prazo máximo de 10 DIAS, mediante documento específico no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, referente a nota fiscal objeto da contratação, logo após verificação e recebimento técnico do objeto a serem realizados pelo responsável pelo recebimento do objeto.

**14.2.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação por parte do fornecedor, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

**14.3.** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em parcela única, após o recebimento definitivo e atesto da despesa, desde que a contratada:

**14.3.1.** Entregue a nota fiscal ou documento equivalente, nos termos de legislação vigente;

**14.3.2.** Indique os dados bancários para pagamento.

**14.4.** A Instituição, na condição de contribuinte substituto, reterá na fonte os tributos e contribuições, nos termos estabelecidos pela legislação.

**14.5.** Por ocasião de cada pagamento, a Contratante verificará a regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada, por meio de consulta às certidões exigidas no procedimento de contratação, sendo que eventual constatação de irregularidade sujeitará a contratada à aplicação das penalidades cabíveis e eventual rescisão contratual, sem prejudicar o regular pagamento da despesa.

### **14.6. Retenção e glosa de valor**

**14.6.1.** A Instituição contratante poderá, mediante despacho fundamentado do ordenador de despesas, realizar a retenção de valor a ser pago ao contratado, destinado à futura quitação de eventuais prejuízos acarretados à Administração ou para eventual compensação de sanções pecuniárias propostas pela unidade técnica responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

**14.6.2.** A Instituição contratante poderá, mediante decisão fundamentada do ordenador de despesas, realizar a glosa, parcial ou total, de valor a ser pago ao contratado para fins de fazer frente a eventuais desconformidades do objeto fornecido/executado que venha a prejudicar sua qualidade e funcionalidade.

**14.6.3.** Havendo proposta de retenção ou glosa de valor deverá ser liberado o pagamento parcial da parte incontroversamente devida ao contratado.

### **14.7. Atualização financeira por atraso de pagamento:**

**14.7.1.** No caso de atraso de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Instituição contratante, entre a data do recebimento e aceitação do objeto e o correspondente pagamento, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = VP \times ICM \times N \times I$ , onde:

EM = Encargos Moratórios

VP = Valor da parcela a ser paga

ICM = Índice de correção monetária: IPCA

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

I = Juros de mora de 6% a.a ou 0,01644% a.d, assim apurado:

$I = (TX100)365$ ;  $I = (6100)365$ ;  $I \approx 0,0001644$ ,

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### **14.8. Reajuste e revisão de preços:**

**14.8.1.** Poderá ser reajustado, para mais ou menos, o valor pactuado entre as partes com base no IPCA (IBGE), desde que tenha decorrido 12 MESES do ORÇAMENTO ESTIMADO, e não tenha o particular contratado concorrido para o atraso na execução da contratação.

**14.8.2.** O reajuste de preços deverá ser requerido pelo contratado.

**14.8.3.** Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preço pactuado, para mais ou para menos, nos termos fixados na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/21.

**14.8.4.** No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quantum do impacto negativo na economia contratual.

## 15. RECURSOS NECESSÁRIOS

### 15.1. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**15.1.1.** O preço máximo total estimado e admitido pela Administração, para a contratação do objeto deste certame, pelo grupo, conforme documentos anexados aos autos, será conforme tabela abaixo:

GRUPO 01		
ITEM	VALOR ESTIMADO	FONTE (PROGRAMA/AÇÃO)
01	R\$ 14.865,20	Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta dos recursos orçamentários e serão designados pela Seção de Orçamento e Finanças da SJAL
02	R\$ 53.058,66	
Total	<b>R\$ 67.923,86</b>	

**15.1.2.** Modelo de proposta - A proposta de preços deve seguir o modelo conforme ANEXO I – Modelo de Proposta, deste Termo de Referência.

### 15.2. DOS RECURSOS HUMANOS

ID	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
1	Representantes da SJAL	Setor de Contratos	Indicadas no item 16 deste documento
		Fiscal	Indicadas no item 16 deste documento
2	Representante da Contratada	Preposto representante da contratada, responsável por acompanhar a execução do fornecimento do objeto	Indicadas no item 16 deste documento

## 16. DOS PAPÉIS E DAS RESPONSABILIDADES

**16.1.** Principais atores do órgão e da empresa envolvidos na contratação:

**16.1.1. Gestor do Contrato:** servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do Contrato.

**16.1.2. Fiscal Técnico do Contrato:** servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução.

**16.1.3. Fiscal Administrativo do Contrato:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.

**16.1.4. Preposto:** funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

**16.2.** Os papéis e responsabilidades dos atores do órgão contratante envolvidos na gestão e fiscalização do contrato deverão ser conforme disposto na portaria nº 119/2024 da direção do foro da SJAL.

### 16.3. Das obrigações da CONTRATANTE

- 16.3.1.** Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.
- 16.3.2.** Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, salvo nos casos em que a CONTRATADA der causa ao atraso.
- 16.3.3.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços objeto do Contrato.
- 16.3.4.** Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha verificada no cumprimento do Contrato.

#### **16.4. Das obrigações da CONTRATADA**

- 16.4.1.** Não será permitida, a qualquer título, a transferência da execução, total ou parcial, do objeto da futura contratação a terceiros.
- 16.4.2.** Fornecer os produtos cotados rigorosamente de acordo com as especificações e condições apresentadas na proposta comercial, inclusive na amostra, quanto às suas características e condições;
- 16.4.3.** Responder solidariamente com o fabricante e o distribuidor pelos materiais fornecidos;
- 16.4.4.** Comunicar à Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 16.4.5.** Entregar o objeto deste Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente preenchida à unidade fiscalizadora;
- 16.4.6.** Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 16.4.7.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.4.8.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido;
- 16.4.9.** Obedecer rigorosamente a todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TI e institucional da SJAL;
- 16.4.10.** Acatar as orientações da contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 16.4.11.** Reportar a SJAL imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução do objeto e o bom andamento das atividades da SJAL;
- 16.4.12.** Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução do objeto ou da relação mantida com a SJAL;
- 16.4.13.** Assinar Termo de Compromisso, Confidencialidade e Sigilo da Informação conforme item 4.1.3 deste Termo de Referência;
- 16.4.14.** Assinar, em conjunto com seu colaborador prestador de serviço, o Termo de Sigilo conforme item 4.1.4 deste Termo de Referência;
- 16.4.15.** Responder, em prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer solicitações/questionamentos da SJAL;
- 16.4.16.** Designar representante (s) e seus respectivos contatos para tratar de assuntos relativos ao contrato e sua execução;
- 16.4.17.** Comunicar formalmente e imediatamente a SJAL quaisquer mudanças de endereço de correspondência e contato telefônico;
- 16.4.18.** Responder por danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do contrato;
- 16.4.19.** Não subcontratar, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, a que está obrigada;
- 16.4.20.** Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**16.4.21.** Realizar outras atribuições pertinentes ao contrato;

**16.4.22.** Observar, no que for compatível, o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, instituído pela Resolução CJF N. 147/2011.

## **17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **17.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**17.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

**17.1.2.** Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro, sendo auxiliado por equipe de apoio, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **17.2. FORMA DE FORNECIMENTO**

**17.2.1.** O fornecimento do objeto será **INTEGRAL**.

### **17.3. MODO DE DISPUTA E LANCES**

**17.3.1.** O pregão ocorrerá sob o MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

**17.3.2.** Os lances devem ser feitos com base no **PREÇO UNITÁRIO**.

### **17.4. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**17.4.1.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **17.4.1.1. Habilitação jurídica**

**17.4.1.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**17.4.1.1.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**17.4.1.1.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**17.4.1.1.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**17.4.1.1.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**17.4.1.1.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**17.4.1.1.7.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no



Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**17.4.1.1.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **17.4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**17.4.1.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, conforme o caso;

**17.4.1.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**17.4.1.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

**17.4.1.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**17.4.1.2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**17.4.1.2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**17.4.1.2.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**17.4.1.2.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **17.4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira**

**17.4.1.3.1.** Não serão exigidos qualificação econômico-financeira, considerando a natureza do objeto e a entrega imediata das baterias

**17.4.1.4. Qualificação Técnica** - Durante o ato licitatório os licitantes, pessoas jurídicas, deverão fornecer as declarações abaixo se referindo ao Edital de Licitação:

**17.4.1.4.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento BATERIAS em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitida por empresa de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total de itens objetos deste Termo de Referência.

**17.4.1.4.2.** A SJAL se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os bens fornecidos e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

**17.4.1.4.3.** Não será aceito pela SJAL atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

## **18. ESTIMATIVA DO VALOR**

**18.1.** O custo estimado total da contratação, é de **R\$ 67.923,86** (sessenta e sete mil, novecentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 3.1 anterior.

**18.2.** Os preços ofertados no futuro processo devem englobar todas as despesas com o objeto ofertado, bem como todos os tributos, fretes, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação, inclusive os impostos e taxas.

## **19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**19.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento para o corrente ano.

## **20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

**20.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**20.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**20.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**20.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**20.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**20.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**20.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**20.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**20.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**20.2.1. Advertência,** quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**20.2.2. Impedimento de licitar e contratar,** quando praticadas as condutas descritas nos subitens 18.1.2, 18.1.3 e 18.1.4 do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**20.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar,** quando praticadas as condutas descritas nos subitens 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8 do subitem acima, bem como nos subitens 18.1.2, 18.1.3 e 18.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**20.2.4. Multa:**

**20.2.4.1. Moratória,** para as infrações descritas no subitem 18.1.4, de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

**20.2.4.2. Compensatória,** para as infrações descritas acima nos subitens 18.1.5 e 18.1.8 de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**20.2.4.3. Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista acima no subitem 18.1.3, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**20.2.4.4. Compensatória**, para a infração descrita acima no subitem 18.1.2, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**20.2.4.5.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima no subitem 18.1.4, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**20.2.4.6.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea 18.1.1, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**20.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**20.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**20.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**20.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**20.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**20.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**20.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**20.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**20.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**20.9.1.** A natureza e a gravidade da infração cometidas;

**20.9.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**20.9.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**20.9.4.** Os danos que dela provierem para o Contratante; e

**20.9.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**20.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**20.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**20.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**20.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**20.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**21.1.** O Setor Técnico competente auxiliará o pregoeiro nos casos de pedidos de esclarecimentos, impugnações e análise de propostas ao agente de contratação e/ou pregoeiro designado.

**21.2.** Este Termo de Referência poderá ser divulgado na mesma data de divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ou outro meio equivalente, como anexo, conforme art. 12 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022.

**21.3.** Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual, sendo elaborado de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO ANDRADE COSTA, SUPERVISOR(A) DE SEÇÃO**, em 09/02/2026, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **5686033** e o código CRC **39BC5727**.



**ANEXO II** - Modelo de proposta

<b>I - Nome do Processo:</b>	Aquisição de baterias estacionárias para nobreaks	<b>PA Nº:</b>	0001685-23.2025.4.05.7200
------------------------------	---	---------------	---------------------------

**II - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

**LOGOTIPO DA EMPRESA**

**Razão Social:**

**CNPJ:**

**Telefone**

**Nome do Contato**

**III - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PREÇO**

**GRUPO 01**

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Und.	Bateria Estacionária: 12V45Ah – C20 – Mínimo de 2 anos de garantia	28		
2	Und.	Bateria Estacionária: 12V80Ah – C20 – Mínimo de 2 anos de garantia	56		
<b>TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA</b>					

**IV - VALIDADE DA PROPOSTA**

Prazo de validade: 90 (noventa) dias corridos, contados a partir de sua apresentação.

**V - COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS**

Nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, locomoção, alimentação, traslado de equipamentos, tributos e demais encargos de qualquer natureza.

**VI - DECLARAÇÃO**

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos.

**VII - ATENÇÃO**

Os preços propostos devem estar compatíveis aos de mercado, a fim de evitar um sobre preço da contratação, e, consequentemente eventual responsabilização solidária da Contratada, conforme Acórdão TCU 1392/2016 - Plenário, haja vista que a contratada tem o dever de ofertar preços condizentes com a prática de mercado. Ressalta-se que elevar sem justa causa o preço de produtos e serviços constitui prática abusiva, conforme as disposições do art. 35, inciso X, do CDC.

**VII - ASSINATURA**

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Responsável, da empresa, pela proposta

C.P.F. do responsável: \_\_\_\_\_



## ANEXO III

### MODELO DECLARAÇÃO NÃO CONHECIMENTO

Declaramos, para efeito de participação no processo licitatório pertinente ao **Pregão Eletrônico 90001/2026 - JFAL**, que o licitante não tem conhecimento de que mantém relação de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com qualquer dirigente da Justiça Federal em Alagoas, ou com qualquer agente público que desempenhe função na área de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos fixados no art. 14, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

A presente declaração é feita sob as penas da Lei.

EMPRESA:


ENDEREÇO:

CNPJ/MF:

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Representante Legal da Empresa



PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Secretaria Administrativa

Núcleo de Administração

Setor de Compras

É dispensável a licitação (Lei 14.133/2021):

art. 75, I - no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores em contratação com valores inferiores a

art.75, II - no caso de outros serviços e compras para contratação que envolva valores inferiores a

art.75, IV, c - para produtos para pesquisa e desenvolvimento, no caso de obras e serviços de engenharia limitada a contratação a

R\$ 125.451,15

R\$ 62.725,79

R\$ 376.353,48

SIM

NÃO

NÃO

Valores regulamentados pelo Decreto 11.871/2023

Elaborado por:

VITÓRIA D. NASCIMENTO SANTOS

Data:

11/02/2026

quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026

Forma de Pagamento:

Parcela Única

Coeficiente de Variação de Preços (CVP):

25%

Critério de Julgamento das Propostas:

Menor Valor por Item

ATENÇÃO!!! PREENCHER APENAS AS CÉLULAS COM FUNDO LARANJA				Processo 0001685-23.2025.4.05.7200													
				MAPA DE COTAÇÕES													
				Fornecedor1		Fornecedor2		Fornecedor3		Fornecedor4		Fornecedor5		Fornecedor6		Fornecedor7	
LEGENDA				MINISTÉRIO DA DEFESA Nº Pregão: 90012/2025 UASG: 160249		MINIST. PÚBLICO DA UNIÃO Dispensa de Licitação Nº 90005/2025 UASG: 200049		MINIST. DA JUSTIÇA E SEGURANÇA DO TRAB. Disp. de Licitação Nº 90006/2025 UASG: 200604		MINISTÉRIO DA DEFESA Dispensa de Licitação Nº 90007/2025 UASG: 785810		MINISTÉRIO DA DEFESA Dispensa de Licitação Nº 90107/2024 UASG: 791170		SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO Id.: 000374/2025 UASG: 925369		MINISTÉRIO DA DEFESA Nº Pregão: 90051/2024 UASG: 742050	
				CPF ou CNPJ Data da Proposta		CPF ou CNPJ Data da Proposta		CPF ou CNPJ Data da Proposta		CPF ou CNPJ Data da Proposta		CPF ou CNPJ Data da Proposta		CPF ou CNPJ Data da Proposta		CPF ou CNPJ Data da Proposta	
Fornecedor sem regularidade fiscal																	
R\$ Menor Preço Válido Cotado																	
R\$ Preço Descartado				Telefone e E-mail		Telefone e E-mail		Telefone e E-mail		Telefone e E-mail		Telefone e E-mail		Telefone e E-mail		Telefone e E-mail	
Item com menos de 3 preços cotados																	
Item com menos de 2 preços válidos				Proposta Válida (S/N)	Sim	Proposta Válida (S/N)	Sim	Proposta Válida (S/N)	Sim	Proposta Válida (S/N)	Sim	Proposta Válida (S/N)	Sim	Proposta Válida (S/N)	Sim	Proposta Válida (S/N)	Sim
VALOR TOTAL COTADO:				13.972,00		19.040,00		14.896,00		12.810,00		13.608,00		64.288,00		42.280,00	
VALOR TOTAL A CONTRATAR:										12.810,00						42.280,00	
VALOR ANUAL A CONTRATAR:										12.810,00						42.280,00	
VALOR MENSAL A CONTRATAR:																	
VALOR A PRÉ-EMPENHAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO:										12.810,00						42.280,00	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	Valor Unitário Cotado		Valor Unitário Cotado		Valor Unitário Cotado		Valor Unitário Cotado		Valor Unitário Cotado		Valor Unitário Cotado		Valor Unitário Cotado	
1	Bateria Estacionária:12V45Ah – C20 – Mínimo de 2 anos de garantia		28	499,00		680,00		532,00		457,50		486,00					
2	Bateria Estacionária: 12V80Ah – C20 – Mínimo de 2 anos de garantia		56									1.148,00		755,00			

Elaborado por: 

VITÓRIA D. NASCIMENTO SANTOS

Data: 

11/02/2026

Coefficiente de Variação de Preços (CVP): 

25%

Critério de Julgamento das Propostas: 

Menor Valor por Item

ATENÇÃO!!! PREENCHER APENAS AS CÉLULAS COM FUNDO LARANJA				Processo 0001685-23.2025.4.05.7200							
LEGENDA				Fornecedor8		Fornecedor9		Fornecedor10		PREÇOS DE REFERÊNCIA	
				MINISTERIO DA EDUCAÇÃO Dispensa de Licitação Nº 90004/2025		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 000323/2024		MINISTÉRIO DA DEFESA Dispensa de Licitação Nº 90062/2024 UASG: 789101			
Fornecedor sem regularidade fiscal				CPF ou CNPJ Data da Proposta		CPF ou CNPJ Data da Proposta		CPF ou CNPJ Data da Proposta			
R\$ Menor Preço Válido Cotado											
R\$ Preço Descartado				Telefone e E-mail		Telefone e E-mail		.			
Item com menos de 3 preços cotados										<div>Valor Médio Total Estimado</div> <div>66.874,92</div> <div>66.874,92</div> <div>-</div> <div>66.874,92</div>	
Item com menos de 2 preços válidos				Proposta Válida (S/N)	Sim	Proposta Válida (S/N)	Sim	Proposta Válida (S/N)	Sim		
VALOR TOTAL COTADO:				54.376,00		52.241,28		52.080,00			
VALOR TOTAL A CONTRATAR:											
VALOR ANUAL A CONTRATAR:											
VALOR MENSAL A CONTRATAR:											
VALOR A PRÉ-EMPENHAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO:											
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	Valor Unitário Cotado		Valor Unitário Cotado		Valor Unitário Cotado		Preço Médio Unitário Estimado do Item (Média Saneada)	Valor Médio Total Estimado do Item
1	Bateria Estacionária:12V45Ah – C20 – Mínimo de 2 anos de garantia		28							493,63	13.821,64
2	Bateria Estacionária: 12V80Ah – C20 – Mínimo de 2 anos de garantia		56	971,00		932,88		930,00		947,38	53.053,28